

**INSTITUTO
FEDERAL**
Farroupilha

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA FARROUPILHA**
PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO - PPC

TÉCNICO EM ZOOTECNIA SUBSEQUENTE

Campus São Vicente do Sul

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
TÉCNICO EM
ZOOTECNIA
SUBSEQUENTE

Atos autorizativos

- Curso Criado e Aprovado o Projeto Pedagógico de Curso pela Portaria SEMTEC nº 30 de 21/03/2000. Reconhecimento Portaria nº 219 de 11/11/2003.
- Projeto Pedagógico Reformulado pela:
- Resolução Ad Referendum CONSUP n.º 16, de 20 de abril de 2011.
- Resolução CONSUP nº 64, de 07 de novembro de 2011.
- Ajuste aprovado pela Resolução CONSUP nº 99, de 28 de novembro de 2014.
- Ajuste Curricular do PPC, aprovado pela Resolução CONSUP nº 67, de 11 de dezembro de 2019.
- Ajuste Curricular e atualização do PPC, aprovado pela Resolução Ad Referendum CONSUP nº 09, de 22 de junho de 2022, homologada pela Resolução CONSUP nº 27, de 19 de julho de 2022.

Campus São Vicente do Sul – RS

2022



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
*SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA*

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO
CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA**



Nídia Heringer

Reitora do Instituto Federal Farroupilha

Renato Xavier Coutinho

Pró-Reitor de Ensino

Angela Maria Andrade Marinho

Pró-Reitora de Extensão

Arthur Pereira Frantz

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e
Inovação

Carlos Rodrigo Lehn

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institu-
cional

Mirian R. Crivelaro Kovhau

Pró-Reitora de Administração

Deivid Dutra de Oliveira

Diretor Geral do *Campus*

João Flávio Cogo Carvalho

Diretor de Ensino *Campus*

Helena Brum Neto

Coord. Geral de Ensino do *Campus*

Rafael Sanches Venturini

Coordenador de Curso

Equipe de elaboração

Suelen da Silva Zuquetto

Colegiado do Curso

Colaboração Técnica

Assessoria Pedagógica do *Campus*

Núcleo Pedagógico do *Campus*

Assessoria Pedagógica da PROEN

Revisora textual

Silvania Colaço

SUMÁRIO

1.	DETALHAMENTO DO CURSO	6
2.	CONTEXTO EDUCACIONAL	7
2.1.	Histórico da Instituição	7
2.2.	Justificativa de oferta do curso	10
2.3.	Objetivos do Curso	11
2.3.1.	Objetivo Geral	11
2.3.2.	Objetivos Específicos	11
2.4.	Requisitos e formas de acesso	12
3.	POLÍTICAS E PROGRAMAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	12
3.1.	Projetos e Programas do Ensino	13
3.2.	Projetos e Programas de Pesquisa, de empreendedorismo e de inovação	13
3.3.	Projetos e Programas de Extensão	14
3.4.	Políticas de Atendimento ao discente	16
3.4.1.	Assistência Estudantil	16
3.4.2.	Apoio Didático-Pedagógico ao Estudante	17
3.4.3.	Atividades de nivelamento	17
3.4.4.	Atendimento Pedagógico, Psicológico e Social	18
3.4.5.	Educação Inclusiva	19
3.4.5.1.	Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE)	20
3.4.5.2.	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI)	21
3.4.5.3.	Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS)	22
3.5.	Programa Permanência e êxito (PPE)	22
3.6.	Acompanhamento de Egressos	23
3.7.	Mobilidade Acadêmica	23
4.	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	24
4.1.	Perfil do Egresso	24
4.2.	Organização curricular	26
4.2.1.	Núcleos de formação	26
4.2.2.	Conteúdos especiais obrigatórios	27
4.2.3.	Flexibilização Curricular	28

4.3.	Representação gráfica do Perfil de formação	29
4.4.	Matriz Curricular	30
4.5.	Prática Profissional	31
4.5.1.	Prática Profissional Integrada	32
4.6.	Estágio Curricular Supervisionado Não Obrigatório	33
4.7.	Avaliação	33
4.7.1.	Avaliação da Aprendizagem	33
4.7.2.	Regime Especial de Avaliação - REA	35
4.7.3.	Autoavaliação Institucional	35
4.8.	Critérios e procedimentos para aproveitamento de estudos anteriores	36
4.9.	Critérios e procedimentos de certificação de conhecimento e experiências anteriores	36
4.10.	Expedição de Diploma e Certificados	36
4.11.	Ementário	38
4.11.1.	Componentes curriculares obrigatórios	38
4.11.2.	Componentes curriculares optativos	48
5.	CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO	49
5.1.	Corpo Docente atuante no curso	49
5.1.1.	Atribuição do Coordenador de Curso	50
5.1.2.	Atribuições de Colegiado de Curso	50
5.1.3.	Núcleo Pedagógico Integrado (NPI)	51
5.2.	Corpo Técnico Administrativo em Educação	51
5.3.	Política de capacitação para Docentes e Técnico Administrativo em Educação	52
6.	INSTALAÇÕES FÍSICAS	52
6.1.	Biblioteca	52
6.2.	Áreas de ensino específicas	53
6.3.	Laboratórios	53
6.4.	Área de esporte e convivência	54
6.5.	Área de atendimento ao discente	54
7.	REFERÊNCIAS	55
8.	ANEXOS	56
8.1.	Resoluções	56

1. DETALHAMENTO DO CURSO

Denominação do Curso: Técnico em Zootecnia

Forma: Subsequente

Modalidade: Presencial

Eixo Tecnológico: Recursos Naturais

Ato de Criação do curso: Portaria SEMTEC nº 30 de 21/03/2000.

Quantidade de Vagas: 35 vagas

Turno de oferta: Integral (manhã e tarde)

Regime Letivo: Semestral

Regime de Matrícula: Por disciplina

Carga horária total do curso: 1.200 horas relógio

Tempo de duração do Curso: 3 semestres

Tempo máximo para Integralização Curricular: 6 semestres

Periodicidade de oferta: Anual

Local de Funcionamento: Rua 20 de Setembro, 2616 - São Vicente do Sul/RS.

Coordenadora do Curso: Rafael Sanches Venturini

Contato da Coordenação do curso: coord.teczoo.svs@iffarroupilha.edu.br

2. CONTEXTO EDUCACIONAL

2.1. Histórico da Instituição

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar) foi criado a partir da Lei nº 11.892/2008, mediante a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul com sua Unidade Descentralizada de Júlio de Castilhos e da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, além de uma Unidade Descentralizada de Ensino que pertencia ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves, situada no município de Santo Augusto. Assim, o IFFar teve na sua origem a partir de quatro campi: *Campus São Vicente do Sul*, *Campus Júlio de Castilhos*, *Campus Alegrete* e *Campus Santo Augusto*.

No ano de 2010, o IFFar expandiu-se com a criação do *Campus Panambi*, *Campus Santa Rosa* e *Campus São Borja*; no ano de 2012, com a transformação do Núcleo Avançado de Jaguari em *Campus*, em 2013, com a criação do *Campus Santo Ângelo* e com a implantação do *Campus Avançado de Uruguaiana*. Em 2014 foi incorporado ao IFFar o Colégio Agrícola de Frederico Westphalen, que passou a chamar *Campus Frederico Westphalen* e foram instituídos seis Centros de Referência nas cidades de Candelária, Carazinho, Não-Me-Toque, Santiago, São Gabriel e Três Passos.

Atualmente, o IFFar constitui-se por dez campi e um *Campus Avançado*, em que ofertam cursos de formação inicial e continuada, cursos técnicos de nível médio, cursos superiores e cursos de pós-graduação, além de outros Programas Educacionais fomentados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), quatro Centros de Referência nas cidades de Candelária, Carazinho, Santiago e São Gabriel. Além de atuar em polos que ofertam Cursos Técnicos e Cursos de Graduação na modalidade de Ensino a Distância.

A Educação a Distância – EaD é uma modalidade de ensino prevista no Art. 80 da LDB e regulamentada pelo Decreto nº 9.057/2017. A EaD caracteriza-se como a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs), com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

A Educação a Distância no IFFar é ofertada desde 2008, que permite formar profissionais em nível médio e superior possibilitando assim a democratização e interiorização da educação nos mais diversos municípios do Estado. Atualmente é ofertada em três perspectivas distintas que promovem cursos de nível médio e superior, conforme panorama a seguir.

Rede E-Tec Brasil, iniciou em 2008, através da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, hoje *Campus Alegrete*, programa governamental financiado pelo FNDE que consiste em ofertar cursos técnicos na modalidade de Educação a Distância (EaD). Com a adesão dos demais campi do IFFar ao Programa, o IF Farroupilha tornou-se presente em mais de 30 municípios do RS, ofertando cursos técnicos na modalidade EaD.

Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), programa governamental financiado pela CAPES, possui como objetivo ofertar cursos de graduação e pós-graduação lato-sensu em todo o país através da EaD, no Rio Grande do Sul a UAB possui mais de 60 polos ativos, vinculados à prefeituras municipais ou instituições

públicas que ofertam ensino superior. O IFFar ingressou na UAB em 2018, através do Edital CAPES nº 05/2018 que possibilitou a criação do Curso de Licenciatura em Matemática em 2019, ofertado em sete polos. Neste processo os municípios de Santiago, Candelária e São Gabriel implantaram Polos UAB junto aos Centros de Referência do IFFar e o *Campus* Avançado de Uruguaiana passou a ser Polo Associado UAB.

EaD Institucionalizada, desde 2014 o IFFar vem mobilizando esforços para promover cursos na modalidade EaD com fomento próprio, desvinculado dos programas governamentais, trabalho este que efetivou-se com a criação do Curso de Formação Pedagógica de Professores para Educação Profissional - EaD, em 2018, para o qual os campi do IFFar assumem a função de Polo EaD em propostas multicampi, ou na perspectiva por *campus* onde o *campus* sede pode articular parceria com polos EaD de outros municípios, como o exemplo dos Cursos Subsequentes de Técnico em Comércio, do *Campus* Frederico Westphalen, Técnico em Agroindústria, do *Campus* Alegrete e Técnico em Administração, do *Campus* Santa Rosa iniciados em 2019.

A Reitoria do IFFar, está localizada na cidade de Santa Maria, a fim de garantir condições adequadas para a gestão institucional, facilitando a comunicação e integração entre os campi. Enquanto autarquia, o IFFar possui autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, atuando na oferta de educação básica, superior, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Nesse sentido, os Institutos são equiparados às universidades, como instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais, além de detentores de autonomia universitária.

Com essa abrangência, o IFFar visa à interiorização da oferta de educação pública e de qualidade, atuando no desenvolvimento local a partir da oferta de cursos voltados para os arranjos produtivos, culturais, sociais e educacionais da região. Assim, o IFFar, com sua recente trajetória institucional, busca perseguir este propósito, visando constituir-se em referência na oferta de educação profissional e tecnológica, comprometida com as realidades locais.

O Campus São Vicente do Sul do Instituto Federal Farroupilha, localizado à Rua 20 de Setembro, s/ nº, no município de São Vicente do Sul, CEP 97420- 000, protagoniza uma longa história no contexto da educação profissional do País. Teve sua criação consolidada em 1954, através de acordo firmado entre o Governo da União e o então município de General Vargas, sob a denominação de Escola de Iniciação Agrícola, com amparo nos dispositivos do Decreto-Lei 9.613, de 20 de agosto de 1946 e do Decreto Federal nº 22.470, de 20 e janeiro de 1947, os quais instalaram o Ensino Agrícola no Brasil.

A escola foi, em 1968, transferida para a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), sob a denominação de Colégio Agrícola General Vargas. No ano seguinte, pelo Decreto nº 64.827, de 16 de julho de 1969, houve uma reformulação do Decreto nº 62.178, estabelecendo que a orientação didático-pedagógica seria totalmente exercida pela UFSM.

Essa situação de vínculo e dependência perdurou até 1985, através do Decreto nº 91.005/85, passou a pertencer a COAGRI - Coordenação Nacional de Ensino Agrícola, com a denominação de Escola Agrotécnica Federal de São Vicente do Sul.

No ano de 1986, o Decreto nº 93.313/86, extinguiu a COAGRI, sendo criada, em substituição, a Secretaria de Ensino de 2º Grau - SESG, órgão diretamente ligado ao Ministério da Educação, e as escolas Agrotécnicas federais ficaram a ela subordinadas. Em 1990, houve nova reorganização no funcionamento dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios quando, pelo Decreto nº 99.180/90, foi criada, em substituição a SESG, a SEMTEC – Secretaria de Educação Média e Tecnológica.

A Lei 8.731, de 16 de novembro de 1993, transformou as Escolas Agrotécnicas Federais em Autarquias Federais, dando-lhes autonomia administrativa, patrimonial, financeira e disciplinar. Em 15 de abril de 1998, o Decreto nº 2.548, de 15 de abril de 1998, aprovou o novo Regimento Geral das Escolas Agrotécnicas Federais, determinando que cada uma elaborasse sua própria regulamentação. O Regulamento Interno da Instituição foi elaborado e submetido à aprovação dos órgãos superiores, tendo sido aprovada no dia 1º/09/98, através da Portaria/ MEC 966.

Em 13 de novembro de 2002, através de Decreto Presidencial, a Escola Agrotécnica Federal foi credenciada como Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul – CEFET-SVS. O seu credenciamento foi o primeiro grande resultado em termos de autonomia administrativa e pedagógica. A inserção da instituição nessa nova realidade permitiu a ampliação da oferta de cursos, vagas e também dos créditos orçamentários, denotando, em pouco tempo, um significativo crescimento.

Em 2006, o Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, revogou o Decreto nº 3.860, de nove de julho de 2001 e o Decreto nº 5.225, de 1º/10/2004 e elevou, definitivamente, os CEFETs à condição de Instituições de Ensino Superior.

Em 14 de abril de 2007, através do Decreto nº 6.095, foram estabelecidas, pelo Governo Federal, as diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. Com base nas prerrogativas do Decreto citado, em 12 de dezembro de 2007, foi lançada a Chamada Pública nº 002/2007, do Ministério da Educação, para fins de elaboração de propostas para constituição dos Institutos, cuja seleção contemplou o, então, CEFET São Vicente do Sul.

Em 29 de dezembro de 2008, a Lei nº 11.892, publicada no Diário Oficial da União, instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando efetivamente os Institutos Federais, instituições multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, que possuem natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, RS, foi criado mediante a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul e da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, com suas respectivas unidades, com fundamento na Lei nº 11.892/2008 e Portaria MEC nº 4/2009, no qual se insere o agora Campus São Vicente do Sul.

2.2. Justificativa de oferta do curso

A oferta da Educação Profissional e Tecnológica no Instituto Federal Farroupilha se dá em observância à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no 9.394/1996. Esta oferta também ocorre em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, propostas pela Resolução CNE/CEB no 06, de 20 de setembro de 2012 e, em âmbito institucional, com as Diretrizes Institucionais da organização administrativo-didático-pedagógica para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Instituto Federal Farroupilha e demais legislações nacionais vigentes.

O *Campus* de São Vicente do Sul do Instituto Federal Farroupilha situa-se em município de mesma denominação, a 373 km da capital do Estado. Integra a microrregião do Corede “Vale do Jaguari”, juntamente com os municípios de Mata, Jaguari, Nova Esperança do Sul, Santiago, Capão do Cipó, Unistalda, São Francisco de Assis e Cacequi. Ainda centraliza o acesso às demais cidades da Fronteira Oeste gaúcha e região Central, principalmente da “Quarta Colônia”. Assim, por possuir essa privilegiada localização, aliada à excelente estrutura física e humana, a instituição exerce marcante influência sobre a comunidade local e externa.

A atividade agropecuária constitui um importante alicerce da economia regional, envolvendo vários elos das cadeias produtivas, incluindo produtores, fornecedores de bens e serviços à agropecuária, os processadores, transformadores e distribuidores envolvidos na geração e fluxo dos produtos agrícolas de origem animal e vegetal, além do consumidor final. Portanto, as atividades agrícolas e pecuárias são muito dinâmicas e podem estabelecer as mais diversas interações em diferentes níveis entre o setor primário e as demais áreas envolvidas no agronegócio, como a indústria, serviços, comércio, meio ambiente, saúde, turismo, gestão, finanças e informática, dentre outros.

Certamente para promover o desenvolvimento regional é necessário incentivar alternativas de integração da produção, a partir das potencialidades das cadeias produtivas locais. Nessa conjuntura, a ação dos institutos federais de educação profissional, na medida em que se voltam para a realidade regional, tornam-se um meio vital para construir formas de motivar a comunidade a intervir em seu próprio espaço. A região do vale do Jaguari possui uma grande potencialidade para atuação zootécnica, sendo prevalente a atividade de bovinocultura de corte, mas com possível expansão da bovinocultura de leite, ovinocultura, suinocultura e avicultura, além da apicultura e piscicultura.

Para tanto, serão necessárias constantes inovações tecnológicas, organizacionais e gerenciais, exigindo a criação de novas interfaces do conhecimento. Soma-se a isso a crescente demanda por produção de alimentos de qualidade, obtidos de forma racional, sustentável e ambientalmente correta. Nesse sentido o *Campus* de São Vicente do Sul contribui para aliar o ensino, a pesquisa e a extensão, promovendo a melhor formação técnica profissional ao discente não somente em atividades agropecuárias prevalentes, mas também os capacitando em outras áreas zootécnicas com alto potencial de desenvolvimento regional.

Com vistas ao exposto, o *Campus* de São Vicente do Sul do Instituto Federal Farroupilha oferece o curso

Técnico em Zootecnia Subsequente, como meio de formar cidadãos críticos, autônomos e empreendedores, comprometidos com o desenvolvimento de sua região. Indivíduos capazes de ser força propulsora, alavancando, preferencialmente, o desenvolvimento de sua localidade, cidade e região de origem, mas com capacidade de atuar com igual desenvoltura em outros locais, se o mercado de trabalho assim o exigir, inclusive na pesquisa e extensão. Para isso, a Instituição possui profissionais devidamente habilitados, tanto docentes como técnicos administrativos, que estão cientes de suas responsabilidades para conduzir o processo de ensino e aprendizagem de maneira a primar por um ensino atualizado e atualizante, instigando o discente a pensar e buscar soluções, bem como estar consciente da constante necessidade de adquirir novos conhecimentos, inteirando-se das inovações tecnológicas vindouras. Dessa forma, o estudante saberá buscar os conhecimentos necessários para atuar com competência e responsabilidade no meio em que estiver inserido.

A criação do Curso Técnico em Zootecnia Subsequente, na forma subsequente ao ensino médio, oportuniza a complementação do itinerário formativo no Eixo de Recursos Naturais, pois o *Campus* oferta cursos de nível médio, na forma integrada (Técnico em Agropecuária) e subsequente (Técnico em Agricultura) e, em nível superior, graduação (Tecnólogo em Irrigação e Drenagem) e pós-graduação (Ciências Agrárias).

O Curso Técnico em Zootecnia Subsequente foi criado e autorizado pela Portaria SEMTEC N.º 30, de 21/03/2000 e teve seu reconhecimento pela Portaria N.º 219, de 11/11/2003. Foi reformulado pela Resolução Ad Referendum N.º 16, de 20 de abril de 2011. A Resolução CONSUP nº 64/2011 de 07/11/11 aprova as adequações.

2.3. Objetivos do Curso

2.3.1. Objetivo Geral

Oportunizar a formação profissional, técnica de nível médio, a pessoas já concluintes do ensino médio através de um processo educativo que favoreça o desenvolvimento de indivíduos, dotados de capacidade crítica, de autonomia intelectual, eticamente responsável, com capacidade empreendedora e comprometimento com a resolução dos problemas técnicos, sociais e ambientais.

2.3.2. Objetivos Específicos

- Conhecer as normas reguladoras das atividades agropecuárias;
- Contribuir para a formação crítica e ética frente às inovações tecnológicas, avaliando seu impacto no desenvolvimento e na construção da sociedade;
- Estabelecer relações entre o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia e suas implicações para a educação profissional e tecnológica, além de comprometer-se com a formação humana, buscando responder às necessidades do mundo do trabalho;

- Possibilitar reflexões acerca dos fundamentos científico-tecnológicos da formação técnica, relacionando teoria e prática nas diversas áreas do saber;
- Atender à demanda de profissionais qualificados para atuar na área de zootecnia;
- Contribuir para o desenvolvimento sustentável dos arranjos produtivos de sua área de atuação profissional;
- Atuar de forma efetiva no planejamento, execução e avaliação das políticas na sua área de atuação;
- Conhecer as tecnologias relacionadas ao aumento da produtividade animal com redução de custos de produção;
- Acompanhar a execução de programas de melhoramento genético;
- Utilizar corretamente as máquinas e implementos agrícolas e zootécnicos utilizadas na agropecuária;
- Cuidar do bem-estar dos animais;
- Utilizar a informática como ferramenta indispensável para a otimização dos processos de planejamento, execução, controle e avaliação das atividades agropecuárias;
- Estimular o desenvolvimento de práticas empreendedoras como alternativa para o desenvolvimento local;
- Difundir as tecnologias de gestão e proteção do meio ambiente.

2.4. Requisitos e formas de acesso

Para ingresso no Curso Técnico em Zootecnia Subsequente, será obrigatória a comprovação de conclusão do Ensino Médio mediante apresentação do histórico escolar.

São formas de ingresso:

- a) Processo Seletivo: conforme previsão institucional em regulamento e edital específico;
- b) Transferência: conforme regulamento institucional vigente ou determinação legal;

3. POLÍTICAS E PROGRAMAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

As políticas institucionais de Ensino, Pesquisa, Empreendedorismo, Inovação e Extensão, desenvolvidas no âmbito do Curso estão em consonância com as políticas constantes no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFFar, as quais convergem e contemplam as necessidades do curso. Ao se falar sobre indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, cabe ressaltar que cada uma dessas atividades, mesmo que possa ser realizada em tempos e espaços distintos, tem um eixo fundamental: constituir a função social da instituição de democratizar o saber e contribuir para a construção de uma sociedade ética e solidária.

3.1. Projetos e Programas do Ensino

O Ensino proporcionado pelo IFFar é oferecido por cursos e programas de formação inicial e continuada, de educação profissional técnica de nível médio e de educação superior de graduação e de pós-graduação, desenvolvidos articuladamente à pesquisa e à extensão, sendo o currículo fundamentado em bases filosóficas, epistemológicas, metodológicas, socioculturais e legais, expressas no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e norteadas pelos princípios da estética, da sensibilidade, da política, da igualdade, da ética, da identidade, da interdisciplinaridade, da contextualização, da flexibilidade e da educação como processo de formação na vida e para a vida, a partir de uma concepção de sociedade, trabalho, cultura, ciência, tecnologia e ser humano.

A instituição oferece, além das atividades de ensino realizadas no âmbito do currículo, o financiamento a Projetos de Ensino por meio do Programa Institucional de Projetos de Ensino (PROJEN). Esse programa visa ao aprofundamento de temas relacionados à área formativa do curso, temas nos quais os estudantes participantes podem atuar como bolsistas, monitores, público-alvo ou para aprofundar conhecimentos.

- Os Projetos de Ensino constituem-se por conjuntos de atividades desenvolvidas externamente à sala de aula, não computadas entre as atividades previstas para cumprimento do Projeto Pedagógico de Curso. Os projetos que visam à melhoria do processo de ensino e de aprendizagem nos cursos técnicos e de graduação e destinam-se exclusivamente à comunidade interna, com o envolvimento obrigatório de discentes, como público-alvo.
- Programas de Monitoria - a monitoria constitui-se como atividade auxiliar de ensino com vista à melhoria do processo de Ensino e de aprendizagem nos componentes curriculares dos Projetos Pedagógicos de Cursos do IFFar. O Programa de Monitoria tem como objetivos auxiliar na execução de programas e atividades voltadas à melhoria do processo de ensino e de aprendizagem, apoiar o corpo docente no desenvolvimento de práticas pedagógicas e na produção de material didático, bem como prestar apoio aos estudantes que apresentam dificuldade de aprendizagem em componentes curriculares.

3.2. Projetos e Programas de Pesquisa, de empreendedorismo e de inovação

A pesquisa pressupõe a interligação entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura para a busca de soluções. A pesquisa deve vir ancorada em dois princípios: o científico, que se consolida na construção da ciência e o educativo, que diz respeito à atitude de questionamento diante da realidade. A organização das atividades de pesquisa no IFFar pode ser melhor definida a partir de três conceitos estruturantes, conforme segue:

- Projetos de pesquisa – As atividades de pesquisa são formalizadas e registradas na forma de projetos de pesquisa, com padrões institucionais seguindo as normas nacionais vigentes. Todo o projeto deve estar vinculado a um grupo de pesquisa.

- **Projetos de pesquisa** – As atividades de pesquisa são formalizadas e registradas na forma de projetos de pesquisa, com padrões institucionais seguindo as normas nacionais vigentes. Todo o projeto deve estar vinculado a um grupo de pesquisa.
- **Grupos de pesquisa** – As pessoas envolvidas diretamente nas atividades de pesquisa (pesquisadores) são organizadas na forma de grupos de pesquisa. Os grupos, por sua vez, são estruturados em linhas de pesquisa, que agregam pesquisadores experientes e iniciantes, bem como estudantes de iniciação científica e tecnológica. Todos os grupos de pesquisa são chancelados junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

- **Financiamento** – Um dos maiores desafios, o financiamento de projetos de pesquisa se dá de diferentes formas:

a) recursos institucionais para custeio das atividades de pesquisa, bem como manutenção e ampliação da infraestrutura de pesquisa;

b) bolsas institucionais de iniciação científica ou tecnológica para estudantes de ensino técnico e superior (graduação e pós-graduação);

c) bolsas de iniciação científica ou tecnológica para estudantes, financiadas por instituições ou agências de fomento à pesquisa (ex.: FAPERGS, CNPq, CAPES, entre outras);

d) recursos para custeio e apoio a projetos e bolsas de iniciação científica e tecnológica para estudantes, financiadas por entidades ou instituições parceiras, via fundação de apoio.

De maneira a contribuir diretamente no desenvolvimento econômico e social e na superação de desafios locais, o IFFar busca desenvolver ações voltadas ao empreendedorismo e a inovação articulados com os setores produtivos, sociais, culturais, educacionais, locais, etc.

O IFFar conta com os seguintes Programas de apoio ao empreendedorismo e inovação:

- **Programa de incentivo à implantação de empresas juniores** – objetiva o apoio e financiamento de ações de implantação de empresas juniores nos campi do IFFar.
- **Programa de apoio à implantação de unidades de incubação nos campi** – Busca oferecer recursos para a implantação de unidades incubadoras nos campi, vinculados à seleção de empreendimentos para a incubação interna no IFFar.
- **Programa de apoio a projetos de pesquisa aplicada e inovação** – Fornece suporte a projetos de pesquisa científica e tecnológica aplicada ou de extensão tecnológica que contribuam significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico cooperados entre o IFFar e instituições parceiras demandantes, incentivando a aproximação do IFFar com o setor produtivo, gerando parcerias para o desenvolvimento de inovações em produtos ou processos além de inserir o estudante no âmbito da pesquisa aplicada e aproximá-lo ao setor gerador de demandas.

3.3. Projetos e Programas de Extensão

A extensão no IFFar é compreendida como um processo educativo, cultural, social, científico e tecnológico visando ao desenvolvimento socioeconômico, ambiental e cultural, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. Sendo assim, promove a interação transformadora entre a instituição, os segmentos sociais e o mundo do trabalho local e regional, com ênfase na produção, no desenvolvimento e na difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos.

Para isso, o IFFar assume uma política de extensão baseada nos princípios da inovação e do empreendedorismo, articulando o saber fazer à realidade socioeconômica, cultural e ambiental da região, comprometida com o desenvolvimento acadêmico dos estudantes e com a transformação social.

Os programas institucionais de Extensão visam viabilizar a consecução das Políticas de Extensão. Os programas encontram-se divididos da seguinte forma:

- Programa de Arte e Cultura – Visa a reconhecer e a valorizar a diversidade cultural, étnica e regional brasileira no âmbito das regiões de atuação do IFFar, bem como valorizar e difundir as criações artísticas e os bens culturais, promover o direito à memória, ao patrimônio histórico e artístico, material e imaterial, propiciando o acesso à arte e à cultura às comunidades. As linhas de extensão de artes cênicas, artes integradas, artes plásticas, artes visuais, mídias, música e patrimônio cultural, histórico e natural.
- Programa Institucional de Apoio ao Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira Farroupilha – PIADIFF – Almeja o desenvolvimento de ações de Extensão na faixa de fronteira que fomentem a constante geração de oportunidades para o exercício da cidadania e melhoria da qualidade de vida de suas populações, permitindo a troca de conhecimentos e de mobilidade acadêmica/intercâmbios.
- Programa Institucional de Inclusão Social – PIISF – Tem como finalidade desenvolver ações de Extensão que venham a atender comunidades em situação de vulnerabilidade social no meio urbano e rural, utilizando-se das dimensões operativas da Extensão, como forma de ofertar cursos/projetos de geração de trabalho e renda, promoção de igualdade racial, de gênero e de pessoas com deficiência, inclusão digital e segurança alimentar/nutricional.
- Programa de Acompanhamento de Egressos – PAE – Conjunto de ações que visam a acompanhar o itinerário profissional do egresso, na perspectiva de identificar cenários junto ao mundo produtivo e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão. Os programas acima descritos buscam estimular a participação de servidores docentes e técnico-administrativos em educação em ações de extensão, bem como dos discentes, proporcionando o aprimoramento da sua formação profissional. Ao mesmo tempo constituem-se em estratégias de interação com os diferentes segmentos da comunidade local e regional, visando à difusão de conhecimentos e o desenvolvimento tecnológico.

Os estudantes do Curso Técnico em Zootecnia Subsequente são estimulados a participar dos projetos e atividades na área de ensino, pesquisa e extensão, os quais poderão ser aproveitados no âmbito do currículo como atividade complementar, conforme normativa prevista neste PPC.

3.4. Políticas de Atendimento ao discente

Seguem nos itens abaixo as políticas do IFFar voltadas ao apoio aos discentes, destacando as políticas de assistência estudantil, apoio pedagógico e educação inclusiva.

3.4.1. Assistência Estudantil

A Assistência Estudantil do IFFar é uma Política de Ações, que têm como objetivos garantir o acesso, a permanência, o êxito e a participação de seus alunos no espaço escolar. A Instituição, atendendo o Decreto nº 7234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), aprovou por meio de resolução específica a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, a qual estabelece os princípios e eixos que norteiam os programas e projetos desenvolvidos nos seus *Campi*.

A Política de Assistência Estudantil abrange todas as unidades do IFFar e tem entre os seus objetivos: promover o acesso e permanência na perspectiva da inclusão social e da democratização do ensino; assegurar aos estudantes igualdade de oportunidades no exercício de suas atividades curriculares; promover e ampliar a formação integral dos estudantes, estimulando a criatividade, a reflexão crítica, as atividades e os intercâmbios de caráter cultural, artístico, científico e tecnológico; bem como estimular a participação dos educandos, por meio de suas representações, no processo de gestão democrática.

Para cumprir com seus objetivos, o setor de Assistência Estudantil possui alguns programas como: Programa de Segurança Alimentar e Nutricional; Programa de Promoção do Esporte, Cultura e Lazer; Programa de Atenção à Saúde; Programa de Apoio Didático-Pedagógico, entre outros.

Dentro de cada um desses programas existem linhas de ações, como, por exemplo, auxílios financeiros aos estudantes, prioritariamente aqueles em situação de vulnerabilidade social (auxílio permanência e eventual) e, em alguns *campi*, moradia estudantil.

A Política de Assistência Estudantil, bem como seus programas, projetos e ações, é concebida como um direito do estudante, garantido e financiado pela Instituição por meio de recursos federais, assim como pela destinação de, no mínimo, 5% do orçamento anual de cada *Campus* para este fim.

Para o desenvolvimento destas ações, cada *Campus* do Instituto Federal Farroupilha possui em sua estrutura organizacional uma Coordenação de Assistência Estudantil (CAE), que, juntamente com uma equipe especializada de profissionais e de forma articulada com os demais setores da Instituição, trata dos assuntos relacionados ao acesso, permanência, participação e sucesso dos alunos no espaço escolar.

A Coordenação de Assistência Estudantil do *Campus* São Vicente do Sul conta com uma equipe multiprofissional, composta por médico, enfermeiro, auxiliar de enfermagem, psicólogo, odontólogo, assistente de alunos e nutricionista. Oferece em sua infraestrutura: refeitório, lavanderia, moradia estudantil, sala de convivência e centro de saúde.

3.4.2. Apoio Didático-Pedagógico ao Estudante

O apoio didático-pedagógico é outro eixo basilar de ações destinadas à Assistência Estudantil. Isso porque, a instituição compreende que o processo de ensino e aprendizagem e o desenvolvimento do discente ao longo desse processo são elementos fundamentais para a permanência do estudante na instituição de Ensino. O apoio didático-pedagógico busca identificar, fundamentar e analisar as dificuldades ao longo do processo de ensino e aprendizagem com o objetivo de construir ações para superá-las, e consequentemente, para melhorar o desempenho acadêmico dos estudantes.

Com esse intuito foi criado o Programa de Apoio Didático-Pedagógico aos Estudantes do IFFar. O Programa indica atividades de acompanhamento dos estudantes realizadas no contraturno escolar, com a finalidade de garantir condições para a permanência e o êxito acadêmico; de respeitar às especificidades do desenvolvimento da aprendizagem de cada estudante, ou seja, suas necessidades, fragilidades e potencialidades. O objetivo geral é atuar, em conjunto com o setor pedagógico da instituição, com ações didático-pedagógicas junto aos discentes para qualificar os processos de ensino e aprendizagem e para a permanência e o êxito escolar discente. Os objetivos específicos compreendem:

- Promover, entre os estudantes, uma reflexão crítica com relação a sua trajetória escolar, buscando identificar fragilidades e potencialidades;
- Estabelecer e fortalecer estratégias de recuperação para os estudantes de menor rendimento;
- Realizar acompanhamento e orientação dos estudantes no que tange aos processos de ensino e aprendizagem.

As linhas de ação, prioritariamente de caráter coletivo, para alcançar esses objetivos junto a todos os estudantes regularmente matriculados dos *campi* e, especialmente, os estudantes que apresentem dificuldades relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem são as seguintes:

- Oficinas temáticas, palestras e workshops relacionados ao processo de ensino-aprendizagem e/ou a temas a ele conexos;
- Monitoria;
- Trabalho em grupos;
- Novas construções de aprendizagem;
- Grupos de estudo;
- Outras ações de apoio didático-pedagógico

3.4.3. Atividades de nivelamento

Entende-se por nivelamento as ações de recuperação de aprendizagens e o desenvolvimento de atividades formativas que visem revisar os conhecimentos essenciais para que o estudante consiga avançar no itinerário formativo de seu curso com aproveitamento satisfatório. Apresentadas como atividades extracur-

riculares, visam sanar algumas dificuldades de acompanhamento pedagógico no processo escolar anterior a entrada no curso técnico. Considerando que nem todos os estudantes tiveram as mesmas oportunidades formativas e tendendo a garantir as condições para o sucesso acadêmico dos ingressantes. Os PPCs dos cursos preveem formas de recuperar conhecimentos essenciais, a fim de proporcionar a todos as mesmas oportunidades de sucesso.

Tais atividades serão asseguradas ao estudante, por meio de:

a) atividades de recuperação paralela serão praticadas com o objetivo que o estudante possa recompor aprendizados durante o período letivo;

b) projetos de ensino elaborados pelo corpo docente do curso, aprovados no âmbito do Programa Institucional de Projetos de Ensino, voltados para conteúdos/temas específicos com vistas à melhoria da aprendizagem nos cursos Concomitantes;

c) programas de educação tutorial, que incentivem grupos de estudo entre os estudantes de um curso, com vistas à aprendizagem cooperativa;

d) atividades formativas promovidas pelo curso, para além das atividades curriculares que visem subsidiar/sanar as dificuldades de aprendizagem dos estudantes.

e) outras atividades de orientação, monitorias, recuperação paralela, projetos de ensino e demais ações a serem planejadas e realizadas ao longo do curso conforme identificação das necessidades dos alunos.

3.4.4. Atendimento Pedagógico, Psicológico e Social

O IFFar *Campus São Vicente do Sul* possui uma equipe de profissionais voltada ao atendimento dos estudantes, tais como: psicólogo, pedagogo, educador especial, assistente social, técnico em assuntos educacionais e assistente de alunos.

A partir do organograma institucional estes profissionais atuam em setores como: Coordenação de Assistência Estudantil (CAE), Coordenação de Ações Inclusivas (CAI) e Setor de Assessoria Pedagógica (SAP), os quais desenvolvem ações que tem como foco o atendimento ao discente.

O atendimento compreende atividades de orientação e apoio ao processo de ensino e aprendizagem, tendo como foco não apenas o estudante, mas todos os sujeitos envolvidos, resultando, quando necessário, na reorientação deste processo.

As atividades de apoio psicológico, pedagógico e social atenderão a demandas por meio do atendimento individual e/ou em grupos, com vistas à promoção, qualificação e ressignificação dos processos de ensino e aprendizagem.

O acompanhamento pedagógico é realizado constantemente de maneira individualizada e/ou em grupos com foco na permanência e no êxito dos estudantes, estas ações também ocorrem pela via da rede de atendimento multiprofissional.

3.4.5. Educação Inclusiva

Entende-se como inclusão escolar a garantia de acesso e permanência do estudante na instituição de ensino e do acompanhamento e atendimento do egresso no mundo do trabalho, respeitando as diferenças individuais, especificamente, das pessoas com deficiência, diferenças étnicas, de gênero, cultural, socioeconômica, entre outros.

O IFFar priorizará ações inclusivas voltadas às especificidades dos seguintes grupos e relações sociais, com vistas à garantia de igualdade de condições e de oportunidades educacionais:

I. - Pessoa com Necessidades Educacionais Específicas:

- a) pessoa com deficiência;
- b) pessoa com transtorno do espectro do autismo;
- c) pessoa com altas habilidades/superdotação;
- d) pessoa com transtornos de aprendizagem.

II.– relações que envolvem gênero e diversidade sexual (NUGEDIS);

III – relações étnico-raciais (NEABIs).

Para a efetivação das ações inclusivas, o IFFar constituiu o Plano Institucional de Inclusão, que promoverá ações com vistas ao/a:

I. – aprimoramento do processo educacional, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e êxito na aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade e Tecnologias Assistivas (TA) que eliminem as barreiras;

II.– possibilidade de flexibilizações curriculares, atendimento educacional especializado (AEE), quando couber, assim como os demais atendimentos e/ou acompanhamentos, para atender às características dos estudantes e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;

III.– oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua para estudantes surdos;

IV.– pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de Tecnologias Assistivas – TA;

V. – participação dos estudantes e de suas famílias nas diversas instâncias de atuação da comunidade escolar;

VI.– adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante;

VII.— adoção de ações de formação inicial e continuada de professores e de formação continuada para o AEE;

VIII.— formação e disponibilização de professores para o AEE, de tradutores intérpretes de Libras e de profissionais de apoio, nos casos estabelecidos conforme a legislação vigente;

IX.— oferta de ensino da disciplina de Libras como disciplina optativa para estudantes ouvintes, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação;

X.— inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à inclusão nos respectivos campos de conhecimento;

XI.— acesso de todos os estudantes, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer;

XII.— acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino;

XIII.— possibilidade de certificação por terminalidade específica, nos casos estabelecidos conforme a legislação vigente.

XIV.— possibilidade do uso do nome social, nos casos estabelecidos conforme a legislação vigente;

XV — resguardo de, pelo menos, um banheiro sem distinção de gênero, em cada unidade.

A certificação por terminalidade específica, a oferta de AEE, as flexibilizações curriculares e o uso do nome social são regulados por documentos próprios no IFFar.

Para auxiliar na operacionalização da Política de Educação Inclusiva, o *Campus* conta com a Coordenação de Ações Inclusivas (CAI), que abarca os seguintes Núcleos: Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE), Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) e Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS). Há também, na Reitoria, o Núcleo de Elaboração e Adaptação de Materiais Didático/pedagógicos – NEAMA do IFFar (Resolução CONSUP nº 033/2014), que tem como objetivo principal o desenvolvimento de materiais didático/pedagógicos acessíveis.

3.4.5.1. Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE)

O NAPNE tem como objetivo de promover a cultura da educação para convivência, aceitação da diversidade e, principalmente a quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais na instituição, de forma a promover inclusão de todos na educação. Ao NAPNE compete:

- Apreciar os assuntos concernentes: à quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais; atendimento de pessoas com necessidades educacionais específicas no *Campus*; à revisão de documentos visando à inserção de questões relativas à inclusão no ensino regular, em âmbito interno e

externo; promover eventos que envolvam a sensibilização e capacitação de servidores em educação para as práticas inclusivas em âmbito institucional;

- Articular os diversos setores da instituição nas diversas atividades relativas à inclusão dessa clientela, definindo prioridades de ações, aquisição de equipamentos, software e material didático-pedagógico a ser utilizado nas práticas educativas;
- Prestar assessoramento aos dirigentes do *Campus* do IFFar em questões relativas à inclusão de Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas - PNEs.

No *Campus* São Vicente do Sul o NAPNE atua de forma integrada com a equipe da Assistência Estudantil, Setor de Assessoria Pedagógica, docentes, família e estudante, além de promover ações de sensibilização para a comunidade escolar, sempre observando os aspectos legais da inclusão e garantindo a permanência e êxito dos estudantes.

3.4.5.2. Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI)

O NEABI - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas é constituído por grupos de Ensino, Pesquisa e Extensão voltados para o direcionamento de estudos e ações para as questões étnico-raciais. A intenção é implementar as leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Culturas Afro-brasileira e Indígena.

Nessa perspectiva passamos, a seguir, esclarecer as competências do NEABI:

- Promover encontros de reflexão, palestras, minicursos, cine-debates, oficinas, roda de conversas, seminários, semanas de estudos com alunos dos cursos Técnicos Integrados, Subsequentes, Licenciaturas, Tecnológicos, Bacharelados, Pós-Graduação, Docentes e servidores em Educação, para o conhecimento e a valorização da história dos povos africanos, da cultura Afro-brasileira, da cultura indígena e da diversidade na construção histórica e cultural do país;
- Estimular, orientar e assessorar nas atividades de ensino, dinamizando abordagens interdisciplinares que focalizem as temáticas de História e Cultura Afro-brasileiras e Indígenas no âmbito dos currículos dos diferentes cursos ofertados pelo *Campus*;
- Promover a realização de atividades de extensão, promovendo a inserção do NEABI e o IFFar na comunidade local e regional contribuindo de diferentes formas para o seu desenvolvimento social e cultural;
- Contribuir em ações educativas desenvolvidas em parceria com o NAPNE, Núcleo de Estudo de Gênero, Núcleo de Educação Ambiental fortalecendo a integração e consolidando as práticas da Coordenação de Ações Inclusivas;
- Propor ações que levem a conhecer o perfil da comunidade interna e externa do *Campus* nos aspectos étnico-raciais;

- Implementar as leis nº 10.639/03 e nº 11.645/03 que instituiu as Diretrizes Curriculares, que está pautada em ações que direcionam para uma educação pluricultural e pluriétnica, para a construção da cidadania por meio da valorização da identidade étnico-racial, principalmente de negros, afrodescendentes e indígenas;
- Fazer intercâmbio em pesquisas e socializar seus resultados em publicações com as comunidades interna e externas ao Instituto: Universidades, escolas, comunidades negras rurais, quilombolas, comunidades indígenas e outras instituições públicas e privadas;
- Motivar e criar possibilidades de desenvolver conteúdos curriculares e pesquisas com abordagens multi e interdisciplinares, e forma contínua;
- Participar como ouvinte, autor, docente, apresentando trabalhos em seminários, jornadas e cursos que tenham como temáticas a Educação, História, Ensino de História, Histórias e Culturas Afro-brasileiras e Indígenas, Educação e Diversidade, formação inicial e continuada de professores;
- Colaborar com ações que levem ao aumento do acervo bibliográfico relacionado às Histórias e Culturas Afro-brasileiras e Indígenas, e a educação pluriétnica no *Campus*;
- Incentivar a criação de grupos de convivência da cultura afro-brasileira e indígena, em especial com os estudantes do *Campus*.

3.4.5.3. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS)

As questões de gênero e diversidade sexual estão presentes nos currículos espaços, normas, ritos, rotinas e práticas pedagógicas das instituições de ensino. Não raro, as pessoas identificadas como dissonantes em relação às normas de gênero e à matriz sexual são postas sob a mira preferencial de um sistema de controle e vigilância que, de modo sutil e profundo, produz efeitos sobre todos os sujeitos e os processos de ensino e aprendizagem. Histórica e culturalmente transformada em norma, produzida e reiterada, a heterossexualidade obrigatória e as normas de gênero tornam-se o baluarte da heteronormatividade e da dualidade homem e mulher. As instituições de ensino acabam por se empenhar na reafirmação e no êxito dos processos de incorporação das normas de gênero e da heterossexualização compulsória.

Com intuito de proporcionar mudanças de paradigmas sobre a diferença, mais especificamente sobre gênero e heteronormatividade, o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS), considerando os documentos institucionais, tem como objetivo proporcionar espaços de debates, vivências e reflexões acerca das questões de gênero e diversidade sexual, na comunidade interna e externa, viabilizando a construção de novos conceitos de gênero e diversidade sexual, rompendo barreiras educacionais e atitudinais na instituição, de forma a promover inclusão de todos na educação.

3.5. Programa Permanência e êxito (PPE)

Em 2014, o IFFar implantou o Programa Permanência e Êxito (PPE) dos Estudantes da instituição, homologado pela Resolução CONSUP nº 178, de 28 de novembro de 2014. O objetivo do Programa é consolidar a excelência da oferta da EBPTT de qualidade e promover ações para a permanência e o êxito dos estudantes no IFFar. Além disso, busca socializar as causas da evasão e retenção no âmbito da Rede Federal; propor e assessorar o desenvolvimento de ações específicas que minimizem a influência dos fatores responsáveis pelo processo de evasão e de retenção, categorizados como: individuais do estudante, internos e externos à instituição; instigar o sentimento de pertencimento ao IFFar e consolidar a identidade institucional; e atuar de forma preventiva nas causas de evasão e retenção.

Visando a implementação do Programa, o IFFar institui em seus *campi* ações, como: sensibilização e formação de servidores; pesquisa diagnóstica contínua das causas de evasão e retenção dos estudantes; programas de acolhimento e acompanhamento aos estudantes; ampliação dos espaços de interação entre a comunidade externa, a instituição e a família; prevenção e orientação pelo serviço de saúde dos *campi*; programa institucional de formação continuada dos servidores; ações de divulgação da Instituição e dos cursos; entre outras.

Através de projetos como o PPE, o IFFar trabalha em prol do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES/2010).

3.6. Acompanhamento de Egressos

O IFFar concebe o acompanhamento de egressos como uma ação que visa ao planejamento, definição e retroalimentação das políticas educacionais da instituição, a partir da avaliação da qualidade da formação ofertada e da interação com a comunidade.

Além disso, o acompanhamento de egressos visa ao desenvolvimento de políticas de formação continuada, com base nas demandas do mundo do trabalho, reconhecendo como responsabilidade da instituição o atendimento aos seus egressos.

A instituição mantém programa institucional de acompanhamento de egresso, a partir de ações contínuas e articuladas, entre as Pró-Reitorias de Ensino, Extensão e Pesquisa, Pós-graduação e Inovação e Coordenação de Cursos.

3.7. Mobilidade Acadêmica

O IFFar mantém programas de mobilidade acadêmica entre instituições de ensino do país e instituições de ensino estrangeiras, através de convênios interinstitucionais ou através da adesão a programas governamentais, visando incentivar e dar condições para que os estudantes enriqueçam seu processo formativo a partir do intercâmbio com outras instituições e culturas.

As normas para a Mobilidade Acadêmica estão definidas e regulamentadas em documentos institucionais próprios.

4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

4.1. Perfil do Egresso

- De acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, o Eixo Tecnológico de Recursos Naturais compreende tecnologias relacionadas à produção animal, vegetal, mineral, aquícola e pesqueira.
- Abrange ações de prospecção, avaliação técnica e econômica, planejamento, extração, cultivo e produção referente aos recursos naturais. Inclui, ainda, tecnologia de máquinas e implementos, estruturada e aplicada de forma sistemática para atender às necessidades de organização e produção dos diversos segmentos envolvidos, visando à qualidade e sustentabilidade econômica, ambiental e social.
- Integra a organização curricular destes cursos: ética, desenvolvimento sustentável, cooperativismo, consciência ambiental, empreendedorismo, normas técnicas e de segurança, além da capacidade de compor equipes, atuando com iniciativa, criatividade e sociabilidade.
- O profissional Técnico em Zootecnia, de modo geral, no Instituto Federal Farroupilha, recebe formação que o habilita para atuar na criação de animais domésticos e silvestres. Colabora nas atividades de planejamento e controle. Elabora, aplica e monitora programas de manejo preventivo, higiênico e sanitário na produção animal, objetivando a melhoria da produtividade e da rentabilidade. Presta assistência técnica e extensão rural na área de produção animal. Implanta e maneja pastagens, aplicando procedimentos relativos ao preparo e conservação do solo e da água.
- Ainda recebe formação que habilita para:
- Atuar em atividades de extensão, assistência técnica, associativismo, pesquisa, análise, experimentações, ensaio e divulgação técnica;
- Responsabilizar-se pela elaboração de projetos e assistência técnica nas áreas de crédito rural e agroindustrial para efeitos de investimento e custeio; topografia na área rural impacto ambiental; drenagem e irrigação;
- Elaborar orçamentos, pareceres, relatórios e projetos, inclusive de incorporação de novas tecnologias; coleta de dados de natureza técnica; detalhes técnicos de construção rurais; elaboração de orçamento de materiais, insumos, equipamentos, instalações e mão-de-obra; detalhamento de programa de trabalho, observando normas técnicas e de segurança no meio rural; manejo e regulação de máquinas e implementos agrícolas; execução e fiscalização dos procedimentos relativos ao preparo do solo até a colheita, armazenamento, comercialização e industrialização de sementes forrageiras; administração de propriedades rurais;
- Responsabilizar-se pelo planejamento, organização, monitoramento e emissão dos respectivos laudos nas atividades de: alternativas de otimização dos fatores climáticos e seus efeitos no crescimento e desenvolvimento dos animais; obtenção e preparo da produção animal; processo de aquisição, preparo, conservação e armazenamento da matéria prima e dos produtos agroindustriais; programas

de nutrição e manejo alimentar em projetos zootécnicos;

- Prestar assistência técnica na aplicação, comercialização, no manejo e regulação de máquinas, implementos, equipamentos agrícolas e produtos especializados, bem como na recomendação, interpretação de análise de solos e aplicação de fertilizantes e corretivos;
- Treinar e conduzir equipes de instalação, montagem e operação, reparo ou manutenção;
- Analisar as características econômicas, sociais e ambientais, identificando as atividades peculiares da área a serem implementadas;
- Selecionar e aplicar métodos de erradicação e controle de vetores e pragas, doenças e plantas indesejáveis;
- Planejar e acompanhar a colheita e a pós-colheita, responsabilizando-se pelo armazenamento, conservação, a comercialização e a industrialização dos produtos agropecuários;
- Aplicar métodos e programas de reprodução animal e de melhoramento genético;
- Elaborar, aplicar e monitorar programas profiláticos, higiênicos e sanitários na produção animal e agroindustrial;
- Responsabilizar-se pelas empresas especializadas que exercem atividades de dedetização, desratização e no controle de vetores e pragas;
- Implantar e gerenciar sistemas de controle de qualidade na produção agropecuária;
- Identificar e aplicar técnicas mercadológicas para distribuição e comercialização de produtos;
- Projetar e aplicar inovações nos processos de montagem, monitoramento e gestão de empreendimentos;
- Realizar medição, demarcação de levantamentos topográficos, bem como projetar, conduzir e dirigir trabalhos topográficos e funcionar como perito em vistorias e arbitramento em atividades agrícolas;
- Emitir laudos e documentos de classificação e exercer a fiscalização de produtos de origem animal e agroindustrial;
- Desempenhar outras atividades compatíveis com a sua formação profissional;
- Dentre outras atividades de acordo com o Decreto Lei nº 4.560 de 30 de dezembro de 2002.

Nos Cursos técnicos, além da formação profissional os egressos terão formação para:

- Atuar na sociedade de forma comprometida com o desenvolvimento regional sustentável;
- Agir com base em princípios éticos, democráticos e solidários, respeitando e valorizando a diversidade e superando as adversidades;
- Reconhecer a importância do conhecimento científico, em suas diversas áreas, para a construção de soluções inovadoras visando a melhoria das condições de vida;
- Identificar o trabalho como atividade humana voltada a atender as necessidades subjetivas e objetivas da vida;

- Analisar criticamente as relações estabelecidas no mundo do trabalho de forma a identificar seus direitos e deveres como trabalhador, exercendo plenamente sua cidadania;
- Reconhecer-se como sujeito em constante formação, por meio do compartilhamento de saberes no âmbito do trabalho e da vida social.

4.2. Organização curricular

A Educação Profissional Técnica de nível médio é desenvolvida nas formas articulada e subsequente ao Ensino Médio, sendo a subsequente, desenvolvida em cursos destinados exclusivamente a quem já tenha concluído o Ensino Médio. Os cursos subsequentes estão organizados com períodos semestrais e matrículas por disciplina.

A concepção do currículo do Curso Técnico em Zootecnia Subsequente tem como premissa a articulação entre a formação acadêmica e o mundo do trabalho, possibilitando a articulação entre os conhecimentos construídos nas diferentes disciplinas do curso com a prática real de trabalho, propiciando a flexibilização curricular e a ampliação do diálogo entre as diferentes áreas de formação.

O currículo do Curso está organizado a partir de 03 (três) núcleos de formação: Núcleo Básico, Núcleo Politécnico e Núcleo Tecnológico, os quais são perpassados pela Prática Profissional.

4.2.1. Núcleos de formação

O Núcleo Básico é caracterizado por ser um espaço da organização curricular ao qual se destinam as disciplinas que tratam dos conhecimentos e habilidades inerentes à educação básica e que possuem menor ênfase tecnológica e menor área de integração com as demais disciplinas do curso em relação ao perfil do egresso. O curso Subsequente é constituído essencialmente a partir dos conhecimentos e habilidades nas áreas de linguagens e seus códigos, ciências humanas, matemática e ciências da natureza, que tem por objetivo desenvolver o raciocínio lógico, a argumentação, a capacidade reflexiva, a autonomia intelectual, contribuindo na constituição de sujeitos pensantes, capazes de dialogar com os diferentes conceitos;

O Núcleo Tecnológico é caracterizado por ser um espaço da organização curricular ao qual se destinam as disciplinas que tratam dos conhecimentos e habilidades inerentes à educação técnica e que possuem maior ênfase tecnológica e menor área de integração com as demais disciplinas do curso em relação ao perfil profissional do egresso. Constituir-se basicamente a partir das disciplinas específicas da formação técnica, identificadas a partir do perfil do egresso que instrumentalizam: domínios intelectuais das tecnologias pertinentes ao eixo tecnológico do curso; fundamentos instrumentais de cada habilitação; e fundamentos que contemplam as atribuições funcionais previstas nas legislações específicas referentes à formação profissional.

O Núcleo Politécnico é caracterizado por ser um espaço da organização curricular ao qual se destinam as disciplinas que tratam dos conhecimentos e habilidades inerentes à educação básica e técnica, que possuem maior área de integração com as demais disciplinas do curso em relação ao perfil do egresso bem co-

mo as formas de integração. O Núcleo Politécnico é o espaço onde se garantem, concretamente, conteúdos, formas e métodos responsáveis por promover, durante todo o itinerário formativo, a politécnica, a formação integral, omnilateral, a interdisciplinaridade. Tem o objetivo de ser o elo comum entre o Núcleo Tecnológico e o Núcleo Básico, criando espaços contínuos durante o itinerário formativo para garantir meios de realização da politécnica.

A carga horária total do Curso Técnico em Zootecnia Subsequente é de 1.200 horas relógio, composta pelas cargas dos núcleos que são: 80 horas para o Núcleo básico (6,7%), 220 horas para o Núcleo Politécnico (18,3%) e de 900 horas para o Núcleo Tecnológico (75%).

4.2.2. Conteúdos especiais obrigatórios

Os conteúdos especiais obrigatórios, previstos em Lei, estão contemplados nas disciplinas e/ou demais componentes curriculares que compõem o currículo do curso, conforme as especificidades previstas legalmente. Observadas as Diretrizes dos Cursos Técnicos do IFFar os conhecimentos ficam organizados na seguinte forma:

I. – A História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena estão presentes como conteúdo na disciplina de Sociologia e Extensão Rural. Essa temática também se fará presente nas atividades complementares do curso, realizadas no âmbito da instituição, tais como palestras, oficinas, semanas acadêmicas, entre outras. Além das atividades curriculares, o *Campus* São Vicente do Sul conta com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) que desenvolve atividades formativas voltadas para os estudantes e servidores.

II.– Princípios da Proteção e Defesa civil estão presentes no currículo como tema transversal das disciplinas como Gestão Ambiental, Tecnologia de Produtos de Origem Animal, Projetos Agropecuários, Apicultura, Mecanização Agrícola, Higiene e Profilaxia Animal.

III.- Educação ambiental esta temática é trabalhada de forma transversal no currículo do curso, em especial nas disciplinas de Gestão Ambiental, Suinocultura, Avicultura, Bovinocultura de Corte e Leite, Piscicultura, e nas atividades complementares do curso, tais como workshop/palestras, oficinas, semanas acadêmicas, entre outras, constituindo-se em um princípio fundamental da formação do tecnólogo.

IV.– Educação Alimentar e Nutricional estão presentes como conteúdo na disciplina de Nutrição Animal. Essa temática também se fará presente nas atividades complementares do curso, realizadas no âmbito da instituição, tais como palestras, oficinas, semanas acadêmicas, entre outras.

V. - Educação para o trânsito está presente como conteúdo na disciplina de Mecanização Agrícola. Essa temática também se fará presente nas atividades complementares do curso, realizadas no âmbito da instituição, tais como palestras, oficinas, semanas acadêmicas, entre outras.

VI.– Educação em Direitos Humanos está presente como conteúdo disciplina que guarda maior afinidade com a temática, como a Extensão Rural. Neste espaço também são tratadas as questões relativas aos direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e a diver-

sidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional. Essas temáticas também se farão presentes nas atividades complementares do curso, realizadas no âmbito da instituição, tais como palestras, oficinas, semanas acadêmicas, entre outras. Além das atividades curriculares, o *Campus* conta com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) que desenvolve atividades formativas sobre essa temática voltadas para os estudantes e servidores.

VII.— ações de promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (bullying). ...

Além dos conteúdos obrigatórios listados acima, o curso de Técnico em Zootecnia Subsequente desenvolve, de forma transversal ao currículo, atividades relativas à temática de educação para a diversidade, visando à formação voltada para as práticas inclusivas, tanto em âmbito institucional, quanto na futura atuação dos egressos no mundo do trabalho.

Para o atendimento das legislações mínimas e o desenvolvimento dos conteúdos obrigatórios no currículo do curso apresentados nas legislações Nacionais e Diretrizes Institucionais para os cursos técnicos, além das disciplinas que abrangem as temáticas previstas na Matriz Curricular, o corpo docente irá planejar, juntamente com os Núcleos ligados à Coordenação de Ações Inclusivas do *Campus*, como NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais) e NEABI (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena), com o NUGEA (Núcleo de Gestão e Educação Ambiental) e demais setores pedagógicos da instituição, a realização de atividades formativas envolvendo estas temáticas, tais como palestras, oficinas, semanas acadêmicas, entre outras. Tais ações devem ser registradas e documentadas no âmbito da coordenação do curso, para fins de comprovação.

4.2.3. Flexibilização Curricular

A flexibilização curricular nos cursos do IFFar acontecerá através das Práticas Profissionais Integradas, que possibilitará aos estudantes desenvolverem a prática conforme as necessidades apresentadas na atualidade. Além disso, poderá ser proporcionado aos estudantes, disciplinas optativas para fins de aprofundamento e/ou atualização de conhecimentos específicos.

O curso Técnico em Zootecnia Subsequente realizará, quando necessário, adaptações no currículo regular, para torná-lo apropriado às necessidades específicas dos estudantes, público-alvo da política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva (2008), visando à adaptação e flexibilização curricular ou terminalidade específica para os casos previstos na legislação vigente. Será previsto ainda a possibilidade de aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os estudantes com altas habilidades/superdotação. Estas ações deverão ser realizadas de forma articulada com o Núcleo Pedagógico Subsequente (NPI), a coordenação de Assistência Estudantil (CAE) e Coordenação de Ações Inclusivas (CAI). A adaptação e a flexibilização curricular ou terminalidade específica serão previstas, conforme regulamentação própria.

4.3. Representação gráfica do Perfil de formação

1º Semestre		2º Semestre		3º Semestre
Ambiência e Bem Estar Animal	PRÁTICA PROFISSIONAL	Avicultura	PRÁTICA PROFISSIONAL	Bovinocultura de Corte
Apicultura		Bovinocultura de Leite		Gestão e Economia Rural
Capacidade de uso e manejo do Solo		Forragicultura		Ovinocultura
Gestão Ambiental		Morfologia e Fisiologia da Reprodução Animal		Projetos Agropecuários
Higiene e Profilaxia Animal		Piscicultura		Suinocultura
Informática Básica		Português Instrumental		Tecnologia de Produtos de Origem Animal
Introdução à Zootecnia		Extensão Rural		
Mecanização Agrícola				
Nutrição Animal				

4.4. Matriz Curricular

Semestre	Disciplinas	Períodos semanais	CH (h/a)*
1º Semestre	Ambiência e Bem Estar Animal	2	40
	Apicultura	2	40
	Capacidade de uso e manejo do Solo	2	40
	Gestão Ambiental	2	40
	Higiene e Profilaxia Animal	2	40
	Informática Básica	2	40
	Introdução à Zootecnia	2	40
	Mecanização Agrícola	2	40
	Nutrição Animal	4	80
Subtotal da carga horária de disciplinas no semestre		20	400
2º Semestre	Avicultura	4	80
	Bovinocultura de Leite	4	80
	Forragicultura	4	80
	Morfologia e Fisiologia da Reprodução Animal	2	40
	Piscicultura	2	40
	Português Instrumental	2	40
	Extensão Rural	2	40
Subtotal da carga horária de disciplinas no semestre		20	400
3º Semestre	Bovinocultura de Corte	5	100
	Gestão e Economia Rural	2	40
	Ovinocultura	4	80
	Projetos Agropecuários	2	40
	Suinocultura	4	80
	Tecnologia de Produtos de Origem Animal	3	60

Subtotal da carga horária de disciplinas no semestre	20	400
Carga Horária total de disciplinas (hora relógio)		1.200
Carga Horária total do curso (hora relógio)		1.200

* Hora aula: 60 minutos

Legenda

Núcleo de Formação	CH	Porcentagem
Núcleo Básico	80h	7%
Núcleo Tecnológico	900h	75%
Núcleo Politécnico	220h	18%

No IFFar, a hora aula nos Cursos Técnicos Subsequentes deve ser mensurada em 60 minutos, sendo que cada hora aula deve ser composta de 50 minutos de aula e 10 minutos de trabalho discente efetivo, orientado e supervisionado pelo professor.

As atividades não presenciais deverão ser previstas nos cursos técnicos subsequentes sendo até 20% da carga horária total do curso, seguindo a lógica de hora aula composta de 50 minutos de aula presencial e 10 minutos de trabalho discente efetivo - não presencial.

São consideradas atividades de trabalho discente efetivo válidas para o IFFar:

I – Estudos dirigidos, individuais ou em grupo;

II – Leitura e produção de textos científicos e trabalhos acadêmicos;

III – Produção de materiais/experimentos;

IV.– Intervenção prática na realidade;

V.– Visitas de estudo a instituições na área do curso;

VI.–Consultas a bibliotecas e centros de documentação;

VII – Visitas a instituições educacionais e culturais;

VIII – Outras atividades, desde que relacionados à natureza do conhecimento do componente curricular ao qual se vincula.

4.5. Prática Profissional

A prática profissional, prevista na organização curricular do curso, deve estar continuamente relacionada aos seus fundamentos científicos e tecnológicos, orientada pela pesquisa como princípio pedagógico que possibilita ao estudante enfrentar o desafio do desenvolvimento da aprendizagem permanente.

No Curso Técnico em Zootecnia Subsequente, a prática profissional acontecerá em diferentes situações de vivência, aprendizagem e trabalho como experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, tais como os laboratórios, as oficinas, a investigação sobre atividades profissionais, os projetos de pesquisa e/ou intervenção, as visitas técnicas, simulações, observações e outras.

Estas práticas profissionais serão articuladas entre as disciplinas dos períodos letivos correspondentes. A adoção de tais práticas possibilita efetivar uma ação interdisciplinar e o planejamento Subsequente entre os elementos do currículo, pelos docentes e equipes técnico-pedagógicas. Nestas práticas profissionais também serão contempladas as atividades de pesquisa e extensão em desenvolvimento nos setores da instituição e na comunidade regional, possibilitando o contato com as diversas áreas de conhecimento dentro das particularidades de cada curso.

4.5.1. Prática Profissional Integrada

A Prática Profissional Integrada (PPI), deriva da necessidade de garantir a prática profissional nos cursos técnicos do Instituto Federal Farroupilha, a ser concretizada no planejamento curricular, orientada pelas diretrizes institucionais para os cursos técnicos do IFFar e demais legislações da educação técnica de nível médio.

A PPI, nos cursos técnicos Subsequentes visa agregar conhecimentos por meio da integração entre as disciplinas do curso, resgatando assim, conhecimentos e habilidades adquiridos na formação básica. A PPI no Curso Zootecnia tem por objetivo aprofundar o atendimento do perfil do egresso e áreas de atuação do curso, buscando aproximar a formação dos estudantes com o mundo de trabalho. Da mesma forma, a PPI pretende articular horizontalmente o conhecimento dos semestres do curso oportunizando o espaço de discussão e entrelaçamento entre as disciplinas.

A aplicabilidade da PPI no currículo tem como finalidade incentivar a pesquisa como princípio educativo promovendo a interdisciplinaridade e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão através do incentivo à inovação tecnológica. A PPI é um dos espaços no qual se busca formas e métodos responsáveis por promover, durante todo o itinerário formativo, a politécnica, a formação integral, omnilateral, a interdisciplinaridade, integrando os núcleos da organização curricular.

Cada curso preverá, na organização curricular, no mínimo 5% da carga horária das disciplinas destinada à realização de PPI, distribuída entre todas as etapas de realização do curso. Não havendo previsão de TCC e/ou Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, as PPIs previstas no PPC deverão contemplar 10% da carga horária das disciplinas do curso.

O Curso Técnico em Zootecnia contemplará a carga horária de 120 horas aula (10% do total de horas) para o desenvolvimento de Práticas Profissionais Integradas (PPI), observando o disposto nas Diretrizes Ins-

titucionais para os Cursos Técnicos do IFFar. A distribuição da carga horária da PPI ocorrerá conforme decisão do colegiado do curso e estará disposto no projeto.

As atividades correspondentes às práticas profissionais integradas ocorrerão ao longo das etapas, orientadas pelos docentes titulares das disciplinas específicas. Estas práticas deverão estar contempladas nos planos de ensino das disciplinas que as realizarão, além disso, preferencialmente antes do início do ano letivo, em que as PPIs serão desenvolvidas, ou no máximo, até vinte dias úteis a contar do primeiro dia letivo do ano, deverá ser elaborado um projeto de PPI que indicará as disciplinas que farão parte das práticas, bem como a distribuição das horas para cada disciplina. O projeto de PPI será assinado, aprovado e arquivado juntamente com o plano de ensino de cada disciplina envolvida. A carga horária total do Projeto de PPI de cada ano faz parte do cômputo da carga horária total, em hora aula, de cada disciplina envolvida diretamente na PPI. A ciência formal a todos os estudantes do curso sobre as PPI, em andamento, no período, é dada a partir da apresentação do Plano de Ensino de cada disciplina.

A coordenação do curso deve promover reuniões periódicas (no mínimo duas) para que os docentes orientadores das Práticas Profissionais possam interagir planejar e avaliar em conjunto com todos os docentes do curso a realização e o desenvolvimento das mesmas. Estas PPIs serão articuladas entre as disciplinas do período letivo correspondente. A adoção de tais práticas possibilita efetivar uma ação interdisciplinar e o planejamento Subsequente entre os componentes do currículo, pelos docentes e equipe pedagógica. Além disso, estas práticas devem contribuir para a construção do perfil profissional do egresso.

As PPI poderão ser desenvolvidas, no máximo 20% da carga horária total do projeto, na forma não presencial, que serão organizadas de acordo com as Diretrizes Institucionais para os Cursos Técnicos do IFFar. A realização da PPI prevê o desenvolvimento de produção de um produto (escrito, virtual e/ou físico) conforme o Perfil Profissional do Egresso. Ao final, deve ser previsto, no mínimo, um momento de socialização entre os estudantes e todos os docentes do curso por meio de seminário, oficina, feira, evento, dentre outros.

4.6. Estágio Curricular Supervisionado Não Obrigatório

Para os estudantes que desejarem ampliar a sua prática profissional, além da carga horária mínima estipulada na matriz curricular, quando no curso não estiver previsto o estágio obrigatório há a possibilidade de realizar estágio curricular supervisionado não obrigatório com carga horária não especificada, mediante convênio e termos de compromisso entre as empresas ou instituições e o Instituto Federal Farroupilha que garantam as condições legais necessárias para a complementaridade do processo formativo.

4.7. Avaliação

4.7.1. Avaliação da Aprendizagem

Conforme as Diretrizes Institucionais para os Cursos Técnicos do IFFar, a avaliação da aprendizagem dos estudantes do curso Técnico em Zootecnia visa à progressão para o alcance do perfil profissional de conclu-

são do curso, sendo contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, bem como dos resultados ao longo do processo sobre os de eventuais provas finais.

A avaliação dos aspectos qualitativos compreende, além da apropriação de conhecimentos e avaliação quantitativa, o diagnóstico, a orientação e reorientação do processo de ensino aprendizagem, visando o aprofundamento dos conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades e atitudes pelos(as) estudantes.

A avaliação do rendimento escolar enquanto elemento formativo é condição integradora entre ensino e aprendizagem, deverá ser: ampla, contínua, gradual, dinâmica e cooperativa, acontecendo paralelamente ao desenvolvimento de conteúdos. Para a avaliação do rendimento dos estudantes, serão utilizados instrumentos de natureza variada e em número amplo o suficiente para poder avaliar o desenvolvimento de capacidades e saberes com ênfases distintas ao longo do período letivo. Serão utilizados no mínimo três instrumentos de avaliação desenvolvidos no decorrer do semestre letivo.

O professor esclarecerá aos estudantes, por meio da ciência do Plano de Ensino, no início do período letivo, os critérios para avaliação do rendimento escolar. Os resultados da avaliação de aprendizagem deverão ser informados ao estudante, pelo menos, duas vezes por semestre, ou seja, ao final de cada bimestre, a fim de que estudante e professor possam verificar e criar condições para retomar aspectos nos quais os objetivos de aprendizagem não tenham sido atingidos. No mínimo uma vez por semestre, os pais ou responsáveis legais deverão ser informados sobre o rendimento escolar do estudante.

Durante todo o itinerário formativo do estudante deverão ser previstas atividades de Recuperação Paralela, complementação de estudos dentre outras atividades que o auxiliem a ter êxito na aprendizagem, evitando a não compreensão dos conteúdos, a reprovação e/ou evasão. A carga horária da Recuperação Paralela não está incluída no total da carga horária da disciplina e carga horária total do curso.

Cada professor(a) deverá propor, em seu planejamento semanal, estratégias de aplicação da recuperação paralela dentre outras atividades visando à aprendizagem dos estudantes, as quais deverão estar previstas no plano de ensino.

O sistema de avaliação do IFFar é regulamento por normativa própria. Entre os aspectos relevantes segue o exposto a seguir:

- Os resultados da avaliação do aproveitamento são expressos em notas;
- O estudante deverá atingir: Nota 7,0 (sete), antes do Exame Final e Média mínima 5,0 (cinco), após o Exame Final.
- No caso do estudante não atingir, ao final do semestre, a nota 7,0 e a nota for superior a 1,7 terá direito a exame, sendo assim definido:
- A média final da etapa terá peso 6,0 (seis) e o Exame Final terá peso 4,0 (quatro);

O cálculo da média da etapa deverá seguir a seguinte fórmula:

$$NFPE = (NFSA \times 6 + NE \times 4) / 10$$

$$NFPE = NFSA \times 0,6 + NE \times 0,40$$

Portanto, quanto preciso tirar no exame?

$$NE \times 0,4 \geq 5,0 - NFS_A \times 0,6$$

$$NE \geq \frac{5,0 - NFS_A \times 0,6}{0,4}$$

Legenda:

NFPE = Nota Final Pós Exame

NFS_A = Nota Final do Semestre ou Anual

NE = Nota Exame

Considera-se aprovado, ao término do período letivo, o (a) estudante (a) que obtiver nota, conforme orientado acima e frequência mínima de 75% em cada ano.

O detalhamento sobre os critérios e procedimentos de avaliação está descrito nas diretrizes dos cursos técnicos.

4.7.2. Regime Especial de Avaliação - REA

O REA consiste em matrícula especial a partir do desenvolvimento de um plano de avaliações teóricas e/ou práticas, tendo como base o plano de ensino da disciplina. O estudante poderá solicitar REA em apenas uma disciplina por semestre, exceto se for formando que terá a possibilidade de realizar duas disciplinas em REA.

Terá direito a solicitar o REA o estudante que, cumulativamente:

- I – cursou a disciplina com 75% de frequência;
- II – reprovou por nota;
- III – realizou o exame final.

Não é possível a realização de REA nos componentes curriculares de estágio curricular supervisionado obrigatório e trabalho de conclusão de curso, quando previstos no curso.

Nos cursos em processo de extinção poderá ser autorizado pelo Colegiado do Curso a realização de maior de número de disciplinas em REA por semestre. Em caso de reprovação na disciplina realizada no Regime Especial de Avaliação, o estudante deve cursá-la novamente em turma regular. Demais regulamentações a respeito do REA estão apresentadas na Diretriz 028/2019.

4.7.3. Autoavaliação Institucional

A avaliação institucional é um mecanismo orientador para o planejamento das ações vinculadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, bem como a todas as atividades que lhe servem de suporte. Envolve desde a gestão até a operacionalização de serviços básicos para o funcionamento institucional, essa avaliação acon-

tecerá por meio da Comissão Própria de Avaliação, instituída desde 2009 através de regulamento próprio avaliado pelo CONSUP.

Os resultados da autoavaliação relacionados ao Curso Técnico em Zootecnia Subsequente serão tomados como ponto de partida para ações de melhoria em suas condições físicas e de gestão.

4.8. Critérios e procedimentos para aproveitamento de estudos anteriores

O aproveitamento de estudos anteriores compreende o processo de aproveitamento de componentes curriculares cursados com êxito em outro curso. Nos cursos Subsequentes e Concomitantes, o aproveitamento de estudos anteriores compreende a possibilidade de aproveitamento de componentes curriculares cursados em outro(s) curso(s) do mesmo nível de ensino ou do nível superior para o nível técnico e deverá ser solicitado pelo estudante. A solicitação de aproveitamento de estudos anteriores não deve ultrapassar 75% (setenta e cinco por cento) do currículo do curso do Instituto Federal Farroupilha ao qual o estudante está vinculado.

O aproveitamento de estudos anteriores poderá ser solicitado pelo estudante e deve ser avaliado por Comissão de Análise, composta por professores da área de conhecimento com os critérios expostos nas Diretrizes Institucionais para os cursos técnicos do IFFar.

O pedido de aproveitamento de estudos deve ser protocolado na Coordenação de Registros Acadêmicos do *Campus*, por meio de formulário próprio, acompanhado de histórico escolar completo e atualizado da Instituição de origem, da ementa e programa do respectivo componente curricular.

4.9. Critérios e procedimentos de certificação de conhecimento e experiências anteriores

Entende-se por Certificação de Conhecimentos Anteriores a dispensa de frequência em componente curricular do curso em que o estudante comprove domínio de conhecimento por meio de aprovação em avaliação a ser aplicada pelo IFFar.

Conforme as Diretrizes Institucionais para os Cursos Técnicos do IFFar a certificação de conhecimentos por disciplina somente pode ser aplicada em curso que prevê matrícula por disciplina, não cabendo certificação de conhecimentos para os estudantes do curso Subsequente para o componente curricular de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), bem como para Estágio Curricular Supervisionado, quando previstos no curso. Para a solicitação da Certificação de Conhecimentos Anteriores, o estudante, deverá, estar matriculado no componente curricular e frequentar regularmente as aulas até que seja expedido o resultado do processo.

4.10. Expedição de Diploma e Certificados

Conforme as Diretrizes Institucionais para os Cursos Técnicos, a certificação profissional abrange a avaliação do itinerário profissional e de vida do estudante, visando ao seu aproveitamento para prosseguimen-

to de estudos ou ao reconhecimento para fins de certificação para exercício profissional, de estudos não formais e experiência no trabalho, bem como de orientação para continuidade de estudos, segundo itinerários formativos coerentes com os históricos profissionais dos cidadãos, para valorização da experiência extraescolar.

O IFFar deverá expedir e registrar, sob sua responsabilidade, os diplomas de técnico de nível médio para os estudantes do Curso Técnico em Zootecnia Subsequente aos estudantes que concluíram com êxito todas as etapas formativas previstas no seu itinerário formativo.

Os diplomas de técnico de nível médio devem explicitar o correspondente título de Técnico em Zootecnia, indicando o eixo tecnológico ao qual se vincula. Os históricos escolares que acompanham os diplomas devem explicitar os componentes curriculares cursados, de acordo com o correspondente perfil profissional de conclusão, explicitando as respectivas cargas horárias, frequências e aproveitamento dos concluintes.

4.11. Ementário

4.11.1. Componentes curriculares obrigatórios

1º SEMESTRE	
Componente Curricular: Ambiência e Bem Estar Animal	
Carga Horária: 40 h	Período Letivo: 1º semestre
Ementa	
Influência do clima na fisiologia e produção dos animais domésticos. Instrumentos para diagnóstico de BEA. Avaliação do comportamento e do Bem-Estar Animal (BEA). Indicadores de BEA. Recursos termorreguladores. Legislação sobre bem estar animal. Introdução às Construções Rurais. Materiais e técnicas de construção. Planejamento geral das edificações e instalações. Desenho técnico arquitetônico. Principais instalações e benfeitorias para fins rurais. Orçamento e memorial descritivo.	
Ênfase Tecnológica	
Influência do clima na fisiologia e produção dos animais domésticos. Avaliação do comportamento e Bem Estar Animal (BEA). Legislação sobre bem estar animal. Introdução às Construções Rurais. Materiais de construção e técnicas construtivas. Orçamento e memorial descritivo. Principais instalações e benfeitorias para fins rurais.	
Área de Integração	
Português Instrumental: leitura, interpretação e produção de textos dos gêneros e tipologias em Zootecnia. Sociologia e Extensão Rural: Aspectos relacionados ao desenvolvimento ruralsustentável. Capacidade de uso e manejo de solos: Propriedades físicas dos solos.	
Bibliografia Básica	
BAÊTA, F da C.; SOUZA C. de F. Ambiência em edificações rurais: conforto animal. Viçosa, MG: Ed. UFV, 1997. NÃAS, I. de A. Princípios do conforto térmico na produção animal. São Paulo, SP: Ícone, 1989. PEREIRA, J.C.C. Fundamentos de Bioclimatologia aplicada à produção animal. Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG, 2005.	
Bibliografia Complementar	
FERREIRA, R. A. Maior produção com melhor ambiente: para aves, suínos e bovinos. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2005. MOLENTO, C.F.M. Bem-estar e produção animal: aspectos econômicos – Revisão. Archives of Veterinary Science, V. 10, p 1 – 11, 2005. RANDAL, D.; BERGGREN, W.; FRENCH, K. Fisiologia animal- mecanismos e adaptações. 4ª ed., Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2000.	

Componente Curricular: Apicultura	
Carga Horária: 40 h	Período Letivo: 1º semestre
Ementa	
Origem, situação atual e mercadológica da apicultura. Principais raças. Equipamentos. Sistemas convencionais e alternativos na produção apícola. Manejo de acordo com a finalidade produtiva. Sistemas artificiais de reprodução. Manejo sanitário e nutricional.	
Ênfase Tecnológica	
Principais raças. Equipamentos. Sistemas convencionais e alternativos na produção apícola. Manejo sanitário e nutricional.	
Área de Integração	
- Higiene e Profilaxia: Medidas gerais de profilaxia. - Nutrição animal: Nutrição animal. - Português Instrumental: leitura, interpretação e produção de textos. - Informática Básica: Planilhas eletrônicas (EXCEL).	
Bibliografia Básica	
ESPÍNDOLA, E.A. et. al. Curso Profissionalizante de Apicultura . Florianópolis, SC: EPAGRI, 2002. MUXFELDT, H. Apicultura Sempre . Porto Alegre, RS: Sagra Ltda., 1988. WIESE, H. Nova Apicultura . 9ª ed. Guaíba, RS: Guaíba, 1993.	
Bibliografia Complementar	
FEEBURG, J.B. Técnica e Prática de Apicultura . Porto Alegre, RS: Editado Casa da Abelha, 1989. COUTO, R.H.N.; COUTO, L.A. Apicultura – manejo e produtos. Jaboticabal: FUNEP, 2002	

MARTINHO, M.R. **A Criação de abelhas**. Rio de Janeiro, RJ: Globo, 1988.

Componente Curricular: Capacidade de Uso e Manejo do Solo	
Carga Horária: 40 h	Período Letivo: 1º semestre
Ementa	
Fatores e processos de formação do solo. Propriedades físicas, químicas e biológicas do solo. Identificação e classificação dos principais solos agrícolas. Fertilidade do solo. Nutrientes essenciais e tóxicos às plantas. Recomendação de adubação e calagem. Adubação mineral e orgânica. Fontes minerais e orgânicas de nutrientes. Adubação verde. Solos e a qualidade ambiental. Manejo geral do solo com ênfase na produção agropecuária. Integração dos nutrientes essenciais para as plantas forrageiras.	
Ênfase Tecnológica	
Integração dos nutrientes essenciais para as plantas forrageiras.	
Área de Integração	
Forragicultura: Inter-relação solo, planta, animal e clima.	
Bibliografia Básica	
COSTA, M.B.B. Adubação Orgânica: Nova Síntese e Novo Caminho para a Agricultura . São Paulo, SP: Ícone, 1985. COMISSÃO DE QUÍMICA e FERTILIDADE do SOLO. Manual de Adubação e Calagem para os estados do RS/ SC . Porto Alegre, RS 2004. TOMÉ Jr. Manual para Interpretação de Análise de Solos . Guaíba, RS: Agropecuária, 1997.	
Bibliografia Complementar	
LOPES, A. S. Manual de Fertilidade do Solo . São Paulo, SP: Anda /Potafós, 1989. MALAVOLTA, E. ABC da Adubação . São Paulo, SP: Agronômica Ceres, 1989. KIEHL, J.E. Fertilizantes Orgânicos . Piracicaba, SP: Agronômica. Ceres, 1985	

Componente Curricular: Gestão Ambiental	
Carga Horária: 40 h	Período Letivo: 1º semestre
Ementa	
Compreensão dos Ciclos biogeoquímicos no tempo e espaço; Densidade populacional e seus efeitos: o impacto da presença humana no planeta e a preservação do ambiente. O passivo ambiental e sua relação com os sistemas de produção de alimentos. Poluição pontual e difusa. Revolução verde, impactos nos sistemas de produção. Processo erosivo, consequências e soluções. Eutrofização, origens, consequências e relação produção de alimentos saudáveis. Identificação e Gestão de Bacias hidrográficas. Plano de gestão de resíduos sólidos. Manejo de resíduos da produção agropecuária. Análise do Código Florestal Brasileiro (CFB). Desastres naturais e relação com atividade humana. Educação Ambiental.	
Ênfase Tecnológica	
Identificação e Gestão de Bacias Hidrográficas; Passivo ambiental; Revolução verde, impactos nos sistemas de produção; Processo erosivo; Eutrofização; Manejo de resíduos da produção agropecuária.	
Área de Integração	
- Projetos Agropecuários: Planejamento, estrutura e etapas de Projetos Agropecuários. - Higiene e Profilaxia Animal: Noções de saneamento ambiental e tratamento de dejetos. - Bovinocultura de Leite: Manejo sanitário. - Apicultura: Manejo sanitário. - Piscicultura: Manejo sanitário.	
Bibliografia Básica	
ALMEIDA, S.G.; PETERSEN, P.; CORDEIROS, A. Desenvolvimento agrícola. Crise socioambiental e conversão ecológica da agricultura brasileira: subsídios à formação de diretrizes ambientais . 1ª ed. Rio de Janeiro, RJ: AS-PTA, 2001. GEBLER, L.; PALHARES, J.C.P. Gestão Ambiental na Agropecuária . Brasília, DF: Embrapa Inf.Tecnológica, 2007. GLISSMAN, S.R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável . Porto Alegre, RS: Ed. UFRGS, 2005.	
Bibliografia Complementar	
ABICHEQUER, A.D.; BASSI, L. Monitoramento Ambiental de Microbacias Hidrográficas do Programa RS-RURAL . 1ª Ed. Porto Alegre, RS: FEPAGRO, 2005. BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Código Florestal Brasileiro. Lei nº 4771, de 15 de setembro de 1965 . Brasília, DF, 1965 BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. CONAMA. Resolução nº 357, de 17 de março de 2005. Brasília, DF, 2005.	

Componente Curricular: Higiene e Profilaxia Animal	
Carga Horária: 40 h	Período Letivo: 1º semestre
Ementa	
Higiene e profilaxia no processo produtivo. Epidemiologia. Medidas gerais de profilaxia. Classificação dos principais medicamentos de uso nos animais de produção. Princípios gerais de vacinas e vacinação e aspectos relacionados ao manejo sanitário	
Ênfase Tecnológica	
Medidas gerais de profilaxia. Princípios gerais de vacinas e vacinação e aspectos relacionados ao manejo sanitário.	
Área de Integração	
- Apicultura: Manejo sanitário - Piscicultura: Manejo sanitário - Suinocultura: Manejo sanitário - Bovinocultura de Corte: Manejo sanitário - Bovinocultura de Leite: Manejo sanitário - Ovinocultura: Manejo sanitário	
Bibliografia Básica	
BOELTER, R; MAGALHÃES, H. M. Elementos de Terapêutica Veterinária . Porto Alegre, RS: Sulina, 1987.	
FRASER, C. M. Manual Merck de Veterinária: um manual de diagnóstico, tratamento, prevenção e controle de doenças para o Veterinário . São Paulo, SP: Roca, 1999.	
MAGALHÃES, H. M. Farmacologia Veterinária . Guaíba, RS: Agropecuária, 1999.	
Bibliografia Complementar	
COSTA, M.R.P.; TOLEDO, L. M.; SCHIMIDER, A. Boas práticas de manejo: Vacinação . Jaboticabal, SP: Funep, 2006.	
DOMINGUES, P.F.; LANGONI, H.; JUNIOR, R.S.F. Manejo sanitário animal . São Paulo, SP: EPUB, 2001.	
SPINOSA, H. M. Farmacologia aplicada à Medicina Veterinária . Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 1999.	

Componente Curricular: Informática Básica	
Carga Horária: 40 h	Período Letivo: 1º semestre
Ementa	
Manipulação dos equipamentos de informática. Manipulação de aplicativos, hardware Windows e Internet. Programas relacionados à atuação zootécnica como planilhas eletrônicas (Excel), slides (Power Point), arquivos de texto (Word) e Divulgação de Material eletrônico. Produção de textos. Cálculos em planilhas eletrônicas.	
Ênfase Tecnológica	
Manipulação de aplicativos, hardware Windows e Internet. Programas relacionados à atuação zootécnica como planilhas eletrônicas (Excel), slides (Power Point), arquivos de texto (Word).	
Área de Integração	
- Avicultura: Principais raças/linhagens de corte e postura. - Suinocultura: Principais espécies. - Bovinocultura de Corte: Manejo reprodutivo. - Bovinocultura de Leite: Manejo reprodutivo.	
Bibliografia Básica	
ALCALDE, E.; GARCIA, M.; PENUELAS, S. Informática Básica . São Paulo, SP: Makron Books, 2004.	
BRAGA, W. Informática Elementar: Windows Xp, Word 2003 e Excel 2003 . Rio de Janeiro, RJ: Alta Books, 2007.	
VELLOSO, F.C. Informática: Conceitos Básicos . Rio de Janeiro, RJ: Ed. Campus, 1997.	
Bibliografia Complementar	
BRAGA, W. Informática Elementar: Open Office 2.0 . São Paulo, SP: Ed. Alta Books, 2007. MANZANO, A.L. Estudo Dirigido de Microsoft Office Excel 2003 . São Paulo, SP: Erica, 2003. NEGRINI, F.; BORGES, L. Excel 2003 - Avançado . Florianópolis, SC: Visual Books, 2006	

Componente Curricular: Introdução à Zootecnia	
Carga Horária: 40 h	Período Letivo: 1º semestre
Ementa	
Introdução à Zootecnia. Importância da Zootecnia no contexto do Agronegócio brasileiro. Interação da Zootecnia com as outras ciências. O profissional de Zootecnia: perfil, capacitações, código de ética, educação em Direitos Humanos.	

Conceitos básicos da zootecnia: definição de termos técnicos utilizados em zootecnia, principais raças dos animais de produção. Principais sistemas de criação. Taxonomia dos animais domésticos. Ezoognósis. Domesticação e domesticidade.	
Ênfase Tecnológica	
Contexto da zootecnia na economia brasileira e mundial, principais sistemas de criação, principais raças.	
Área de Integração	
Português Instrumental: elaboração de relatórios técnicos, estruturação de apresentação de trabalhos didáticos, ortografia, leitura, desenvolvimento na apresentação de trabalhos didáticos; oratória. Sociologia e Extensão Rural: Dinamismo e iniciativa; Postura e procedimentos do aluno frente ao mundo do trabalho; Habilidade/tratamento do aluno frente ao produtor rural, empresário e trabalhador rural; Responsabilidade e procedimentos profissionais; ética, Importância do profissional frente aos arranjos produtivos e comunidade de atuação. Gestão Ambiental: Atenção com resíduos de defensivos e medicamentos utilizados nos animais; Atenção com período de carência na aplicação de medicamentos; Ambiência e bem estar animal; Manejo racional.	
Bibliografia Básica	
DIAS, D. S. O.; DIAS, M. J.; FERREIRA, M. R. Noções de Reprodução e Eficiência Reprodutiva e suas relações com o Melhoramento Animal. 2007. 42p. (Manual Didático nº 8). DIAS, D. S. O.; DIAS, M. J.; CASTRO, L. M. Noções Básicas de Zootecnia. 2007. 45 p. (Manual Didático nº 7) TORRES, A.P.; JARDIM, W.R.; JARDIM, L.M.B.F. Manual de zootecnia: raças que interessam ao Brasil . 2ª Ed. São Paulo: Ed. Agronômica Ceres, 1982.	
Bibliografia Complementar	
CUNNINGHAM, J.G. Tratado de fisiologia veterinária . 3ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. FRANDSON, R.D.; WILKE, W.L.; FAILS, A.D. Anatomia e fisiologia dos animais de fazenda . 6ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. MILLEN, Eduardo, Zootecnia e veterinária: teorias e práticas gerais . Instituto campineiro de ensino agrícola, Vol. I e II; Campinas, SP: 1975.	

Componente Curricular: Mecanização Agrícola	
Carga Horária: 40 h	Período Letivo: 1º semestre
Ementa	
Motores – componentes e funcionamento. Tratores e implementos agrícolas - conceito, tipos, aplicação. Implementos agrícolas – especificações, regulagens e operação. Manutenção e reparação de tratores e máquinas agrícolas. Colhedoras de grãos. Dimensionamento e seleção de máquinas agrícolas. Custos horários. Normas de segurança na operação de máquinas agrícolas	
Ênfase Tecnológica	
Motores, tratores e implementos agrícolas. Normas de segurança na operação de máquinas agrícolas	
Área de Integração	
Forragicultura: Planejamento forrageiro. Ovinocultura: Equipamentos. Piscicultura: Instalações e equipamentos.	
Bibliografia Básica	
BALASTREIRE, L.A. Máquinas agrícolas . São Paulo, SP: Manole, 1990. ORTIZ-CAÑAVATE, J. Las Maquinas Agrícolas y su Aplicación . 6ª ed. Madrid, España: Mundi-Prensa Libros, 2003. SILVEIRA, G.M. Máquinas para pecuária . São Paulo, SP: Nobel, 1997.	
Bibliografia Complementar	
GALETI, P.A. Mecanização Agrícola: preparo do solo . Campinas, SP: Instituto Campineiro de Ensino Agrícola. MIALHE, J.G. Máquinas motoras na agricultura. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, V.1, 1980. 289 p. PORTELA, J.A. Colheita de grãos mecanizada . Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2000.	

Componente Curricular: Nutrição Animal	
Carga Horária: 80 h	Período Letivo: 1º semestre
Ementa	
Conceitos básicos de nutrição. Classificação dos alimentos. Composição nutricional dos alimentos e métodos de avaliação. Suplementos e aditivos alimentares. Noções de formulação de ração.	
Ênfase Tecnológica	
Classificação dos alimentos. Composição nutricional dos alimentos. Suplementos e aditivos alimentares. Exigências nutricionais das diferentes espécies de animais de produção. Princípios de processamento e controle de qualidade dos	

alimentos
Área de Integração
- Português Instrumental: Leitura, interpretação de textos em Zootecnia. - Informática básica: Planilhas eletrônicas (Excel). - Ambiência e Bem-Estar Animal: Homeotermia. - Avicultura: manejo de acordo com a categoria e finalidade produtiva. - Suinocultura: manejo de acordo com a categoria e finalidade produtiva. - Apicultura: manejo de acordo com a finalidade produtiva. - Piscicultura: manejo de acordo com a finalidade produtiva.
Bibliografia Básica
ANDRIGUETTO, J.M. et al. Nutrição animal: as bases e os fundamentos da nutrição animal, os alimentos . vol 1. São Paulo, SP: Nobel, 2002 (reimpressão 2006), 426p.
ANDRIGUETTO, J.M. et al. Nutrição animal: alimentação animal (nutrição animal aplicada) . Vol 2. São Paulo, SP: Nobel, 1983 (reimpressão 2005), 396p.
BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO (MA/SARC/DFPA). Normas e padrões de nutrição e alimentação animal . Andriguetto, J.M. et al (Coord.). Brasília, DF: Xinef Gráfica Ed., 2000. 153p.
Bibliografia Complementar
BERCHIELLI, T.T.; PIRES, A.V.; OLIVEIRA, S.G. Nutrição de ruminantes . 2ª Edição. Editora FUNEP, 2011, 616p.
LANA, R.P. Nutrição e Alimentação Animal. Mitos e Realidades . 2ª Edição. 2007, 344p.
PESSOA, R.A.S. Nutrição Animal: conceitos Elementares . São Paulo, Editora Érica, 2014, 120p.
SAKOMURA, N.K. et al. Nutrição de não ruminantes . Editora FUNEP, 2014, 678p

2º SEMESTRE	
Componente Curricular: Avicultura	
Carga Horária: 80 h	Período Letivo: 2º semestre
Ementa	
Origem, situação atual e mercadológica de Aves de corte e postura. Principais raças e linhagens de Aves de corte e postura. Edificações e equipamentos. Biossegurança. Sistemas convencionais e alternativos na produção. Manejo de acordo com a categoria e finalidade produtiva. Manejo reprodutivo, sanitário e nutricional das principais raças/ linhagens de Aves de corte e postura. Manejo geral e produção de Aves de corte e postura.	
Ênfase Tecnológica	
Principais raças e linhagens de Aves de corte e postura. Edificações e equipamentos. Sistemas convencionais e alternativos na produção. Manejo geral e produção de Aves de corte e postura. Biossegurança.	
Área de Integração	
- Nutrição animal: Nutrição animal. - Higiene e Profilaxia: Medidas gerais de profilaxia. - Gestão ambiental: Plano de gestão de resíduos sólidos.	
Bibliografia Básica	
COTTA, T. Frango de corte: criação, abate e comercialização . 2ª ed. Viçosa, MG: Aprenda Fácil Editora, 2012. 243p.	
COTTA, T. Galinha: Produção de Ovos . 2ª ed. Viçosa, MG: Aprenda Fácil Editora, 2014. 251p.	
MALAVAZZI, G. Avicultura: manual prático . São Paulo: Nobel, 1999. 156p.	
Bibliografia Complementar	
ALBINO, L. F. T.; TAVERNARI, F. C. Produção e manejo de frangos de corte . Viçosa, MG: UFV, 2010. 88p.	
ALBINO, L. F. T.; NERY, L. R.; VARGAS JÚNIOR, J. G. de; SILVA, J. H. V. da. Criação de frango e galinha caipira: avicultura alternativa . 2ª ed. rev. melhorada. Viçosa, MG: Aprenda Fácil Editora, 2005. 208p.	
ROSTAGNO, H.S.; ALBINO, L.F.T.; DONZELE, J.L. et al. Tabelas brasileiras para aves e suínos: composição de alimentos e exigências nutricionais . 3ª ed. Viçosa, MG: UFV/DZO, 2011. 252p.	
Componente Curricular: Bovino de Leite	
Carga Horária: 80 h	Período Letivo: 2º semestre
Ementa	
Introdução à Bovinocultura de Leite; Sistemas de produção; Raças de importância econômica; seleção e melhoramento genético do rebanho; Manejo geral (nutricional, reprodutivo e sanitário) conforme a categoria animal e finalidade produtiva; Manejo da ordenha e aspectos relacionados à qualidade do leite; Planejamento para produção sustentável.	
Ênfase Tecnológica	

Principais raças de bovinos de leite. Edificações e equipamentos. Sistemas convencionais e alternativos na produção. Manejo reprodutivo, sanitário e nutricional das principais raças de bovinos de leite. Biossegurança.
Área de Integração
Topografia: medição de área, cálculo de área, planimetria, altimetria. Projetos Agropecuários: planejamento, estrutura e etapas de Projetos Agropecuários. Morfologia e fisiologia da reprodução animal: aparelho reprodutivo. Forragicultura: implantação e manejo de pastagens Nutrição animal: exigências nutricionais
Bibliografia Básica
LAZZARINI NETO, S. Engorda a pasto . 2ª ed. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2000. LOBATO, José Fernando P.; et.al. Produção de Bovinos de Corte . Porto Alegre: Ed. PUCRS, 1999. SALOMONI, E.; SILVEIRA, C. L.M. Acasalamento de Outono em Bovinos de Corte . Guaíba, RS: Ed. Agropecuária. 1996.
Bibliografia Complementar
ANUALPEC – Anuário da Pecuária Brasileira . FNP Consultoria e Comércio. Edição anual. São Paulo, SP, Edição anual. al. EMBRAPA. Coleção 500 Perguntas, 500 Respostas – Gado de Corte . Brasília, DF. 1996. VALVERDE, C.C. 250 maneiras de preparar rações balanceadas para gado de corte . Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2001.

Componente Curricular: Forragicultura	
Carga Horária: 80h	Período Letivo: 2º semestre
Ementa	
Importância, termos e definições em Forragicultura. Principais espécies forrageiras e classificações. Inter-relação solo, planta, animal e clima. Zoneamento agroclimático. Planejamento, implantação e manejo de pastagens. Consorciação de espécies. Conservação de alimentos. Integração lavoura-pecuária-floresta. Pastagens naturais. Planejamento forrageiro.	
Ênfase Tecnológica	
Planejamento, implantação e manejo de pastagens. Integração lavoura-pecuária-florestas.	
Área de Integração	
- Capacidade de uso e manejo de Solos: Adubação e calagem. - Mecanização agrícola: Tratores e implementos agrícolas – aplicação. - Bovinocultura de Corte: Manejo de acordo com a categoria e finalidade produtiva. - Ovinocultura: Manejo de acordo com a categoria e finalidade produtiva.	
Bibliografia Básica	
ALCANTARA, P.B.; BUFARAH, G. Plantas forrageiras: Gramíneas e Leguminosas . São Paulo: Nobel 1988-1989. MORAES, I. J. B. Forrageiras: Conceitos, Formação e Manejo . Guaíba: Agropecuária, 1995. PUPO, N. I.H. Manual de Pastagens e Forrageiras: Formação, Conservação e Utilização . Campinas, SP: Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 1979.	
Bibliografia Complementar	
AGUIAR, A.P.A. Manejo da fertilidade do solo sob pastagem, calagem e adubação . Guaíba, RS: Agropecuária, 1998. PEIXOTO, A.M.; MOURA, J.C. de; FARIA, V.P. de. Simpósios sobre manejo de pastagens - Pastagens - Fundamentos da exploração racional. Piracicaba, FEALQ. 908p. 1994 VILELA, D.; RESENDE, J. C.; LIMA, J. Cynodon: Forrageiras que estão revolucionando a pecuária brasileira . Juiz de Fora, MG: Editora Embrapa Gado de Leite, 2005. 1ª ed.	

Componente Curricular: Morfologia e Fisiologia da Reprodução Animal	
Carga Horária: 40 h	Período Letivo: 2º semestre
Ementa	
Morfologia, fisiologia e endocrinologia do aparelho reprodutivo masculino e feminino dos animais de produção. Ciclo estral e dinâmica ovariana. Acasalamento e fecundação. Gestação, parto e lactação. Enfermidades de esfera reprodutiva. Tecnologia do sêmen e inseminação artificial. Biotecnologias da reprodução animal.	
Ênfase Tecnológica	
Morfologia, fisiologia e endocrinologia do aparelho reprodutivo masculino e feminino dos animais de produção. Biotecnologias da reprodução animal.	

Área de Integração
- Apicultura: Manejo de acordo com a finalidade produtiva. - Piscicultura: Manejo de acordo com a categoria e finalidade produtiva - Suinocultura: Manejo reprodutivo. - Bovinocultura de Corte: Manejo de acordo com a categoria e finalidade produtiva.
Bibliografia Básica
BALL, P.J.H.; PETERS, A.R. Reprodução em Bovinos . Tradução: Clarisse Simões Coelho e Ricardo Cuña de Souza. 3ª ed. São Paulo, SP: Roca, 2006. DERIVAUX, J. Reprodução dos animais domésticos: 1. Fisiologia, 2. Macho/Inseminação Artificial, 3. Patologia . Tradução: Renato Campanarut Barnabé. Zaragoza, Espanha: Acirbia, 1980. HAFEZ, B.; HAFEZ, E.S.E. (Ed). Reprodução Animal . 7ª ed. Barueri, SP: Manole, 2004.
Bibliografia Complementar
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL. Manual do inseminador . São Paulo, SP: ASBIA, 1997. FRANDSON, R.D.; WILKE, W.L.; FAILS, A.D. Anatomia e fisiologia dos animais de fazenda . Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2003. FACTA (Fundação APINCO de Ciência e Tecnologia Aviária). Fisiologia da reprodução de aves . Campinas: FACTA, 1994.

Componente Curricular: Piscicultura	
Carga Horária: 40h	Período Letivo: 2º semestre
Ementa	
Origem, situação atual e mercadológica. Principais espécies. Instalações e equipamentos. Biossegurança. Sistemas convencionais e alternativos na produção. Manejo de acordo com a categoria e finalidade produtiva. Manejo reprodutivo, sanitário e nutricional das principais espécies de peixes. Manejo geral e produção de peixes e biossegurança.	
Ênfase Tecnológica	
Principais espécies. Sistemas convencionais e alternativos na produção Manejo geral e produção de peixes, manejo nutricional e reprodutivo, biossegurança.	
Área de Integração	
- Topografia: Medição de área. Cálculo de área, Planimetria, Altimetria. - Gestão Ambiental: Preservação do Ambiente. - Higiene e Profilaxia: Higiene e Profilaxia no processo produtivo. - Ambiência e bem estar animal: recursos termo reguladores.	
Bibliografia Básica	
BALDISSEROTTO, B. Fisiologia dos peixes aplicada à Piscicultura . Santa Maria, RS: Ed. UFSM, 2009. NETO, J.R.; BALDISSEROTTO, B. Criação de Jundiá . Santa Maria, RS: Ed: UFSM, 2004. OSTRENSKY, A.; BOEGER W. Piscicultura: Fundamentos e Técnicas de manejo . Guaíba, RS: Agropecuária, 1998.	
Bibliografia Complementar	
TAVARES, L.H.S. Limnologia aplicada à Aquicultura. Ed Funep, 1995. 70p. TEIXEIRA FILHO, A.R. Piscicultura ao alcance de todos . São Paulo, SP: Nobel, 1991. WOYNAROVICH, E. Manual de Piscicultura . Brasília, DF: CODEVASF, 1988.	

Componente Curricular: Português Instrumental	
Carga Horária: 40h	Período Letivo: 2º semestre
Ementa	
Compreensão e uso dos sistemas simbólicos das diferentes linguagens (oral e escrita, norma culta e variação linguística) como meio de organização da realidade pela constituição de significados. Leitura, produção e recepção de gêneros discursivos sociais (notícia, reportagem, editorial, artigo de opinião, etc) e acadêmicos (resumo científico, resenha, relatório, currículo, etc), especialmente os aplicados à área técnica.	
Ênfase Tecnológica	
Multiletramentos como prática social no mundo do trabalho.	
Área de Integração	
- Apicultura: Origem, situação atual e mercadológica da apicultura. - Avicultura: Biossegurança. - Forragicultura: Importância, termos e definições em Forragicultura. - Piscicultura: Biossegurança.	

-Suinocultura: Biossegurança.
-Sociologia e Extensão Rural: Elaboração de projetos de extensão rural.
Bibliografia Básica
FERREIRA, MAURO. Aprender e Praticar Gramática - Edição Renovada. São Paulo: FTD. 2009.
KOCH, I. V. O texto e a construção dos sentidos . 10ª ed. SP: Contexto, 2012.
SAVIOLI, F. P.; FIORIN, J. L. Lições de texto: leitura e redação . 5.ª ed. São Paulo: Ática, 2006.
Bibliografia Complementar
ABAURRE, M. L.; PONTARA, M. Gramática – texto: análise e construção de sentido . São Paulo: Moderna, 2009.
FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Para entender o texto: leitura e redação . 16.ª ed. São Paulo: Ática, 2002.
KOCH, I. V. & ELIAS, V. M. Ler e compreender . 3ª ed. SP: Contexto, 2013.

Componente Curricular: Extensão Rural	
Carga Horária: 40h	Período Letivo: 2º semestre
Ementa	
Modernização da agricultura no Brasil. Desenvolvimento Rural e sustentável. Agricultura Familiar e agricultura patronal. Políticas Públicas. Conceitos importantes na ótica do desenvolvimento rural: agregação de valor; Desenvolvimento territorial. Arranjos produtivos locais. Gestão do espaço local. Pluriatividade. Economia popular solidária. Cadeias produtivas. Produção artesanal. Construção de mercados e consumo justo e solidário. Histórico e concepções de assistência técnica e extensão rural. Contextualização, evolução e aplicação dos métodos de extensão rural. Comunicação Rural Projetos de Desenvolvimento Rural. Direitos Humanos. Cultura Afro-Brasileira e indígena.	
Ênfase Tecnológica	
Políticas Públicas para o rural, pecuária familiar e patronal, metodologias de extensão rural, projetos de desenvolvimento rural.	
Área de Integração	
Português Instrumental: leitura, interpretação e produção de textos.	
Informática Básica: Planilhas eletrônicas (EXCEL).	
Gestão e economia rural: Análise de investimentos visando à capacitação para atuar como gestor em empresas rurais.	
Bibliografia Básica	
BROSE, M. (org.) Participação na Extensão Rural: experiência inovadora de desenvolvimento local . Porto Alegre, RS: Tomo Editorial, 2004	
CAPORAL, F.R. Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável . Brasília, DF: MDA. 2004.	
FREIRE, P. Extensão ou Comunicação? Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2002.	
Bibliografia Complementar	
BICCA, E. F. Extensão Rural da Pesquisa ao Campo . Guaíba: Editora Agropecuária, 1992. 184 p.	
FROELHICH, J. M. & DIESEL, V. (Orgs.) Espaço Rural e Desenvolvimento Regional: estudos a partir da Região Central do RS . Ijuí: Ed. Unijuí, 2004. 312 p.	
SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul . Porto Alegre. Ed. UFRGS, 1999.	

3º SEMESTRE	
Componente Curricular: Bovino de Corte	
Carga Horária: 100h	Período Letivo: 3º semestre
Ementa	
Origem, situação atual e mercadológica. Principais raças de bovinos de corte. Edificações e equipamentos. Biossegurança. Sistemas convencionais e alternativos na produção. Manejo de acordo com a categoria e finalidade produtiva. Sistemas artificiais de reprodução. Manejo reprodutivo, sanitário e nutricional das principais raças de bovinos de corte.	
Ênfase Tecnológica	
Principais raças de bovinos de corte. Edificações e equipamentos. Sistemas convencionais e alternativos na produção. Manejo reprodutivo, sanitário e nutricional das principais raças de bovinos de corte. Biossegurança.	
Área de Integração	

Topografia: medição de área, cálculo de área, planimetria, altimetria. Projetos Agropecuários: planejamento, estrutura e etapas de Projetos Agropecuários. Morfologia e fisiologia da reprodução animal: aparelho reprodutivo. Forragicultura: implantação e manejo de pastagens Nutrição animal: exigências nutricionais
Bibliografia Básica
LAZZARINI NETO, S. Engorda a pasto . 2ª ed. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2000. LOBATO, J. F. P.; et.al. Produção de Bovinos de Corte . Porto Alegre: Ed. PUCRS, 1999. SALOMONI, E.; SILVEIRA, C. L.M. Acasalamento de Outono em Bovinos de Corte . Guaíba, RS: Ed. Agropecuária. 1996.
Bibliografia Complementar
ANUALPEC – Anuário da Pecuária Brasileira . FNP Consultoria e Comércio. Edição anual. São Paulo, SP, Edição anu- al. EMBRAPA. Coleção 500 Perguntas, 500 Respostas – Gado de Corte . Brasília, DF. 1996. VALVERDE, C.C. 250 maneiras de preparar rações balanceadas para gado de corte . Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2001.

Componente Curricular: Gestão e Economia Rural	
Carga Horária: 40h	Período Letivo: 3º semestre
Ementa	
Sistemas de gestão empresarial (planejamento estratégico e gestão por processos), sistemas de custeio e gerenciamento financeiro, gestão de recursos humanos (programas de treinamento) e análise de investimentos, visando à capacitação para atuar como gestor em empresas rurais.	
Ênfase Tecnológica	
Sistemas de gestão empresarial. Sistemas de custeio, gerenciamento financeiro, gestão de recursos humanos e análise de investimentos.	
Área de Integração	
- Sociologia e Extensão Rural: Aspectos relacionados ao desenvolvimento rural sustentável. - Informática Básica: Planilhas eletrônicas.	
Bibliografia Básica	
CHIAVENATO, I. Introdução à teoria geral da administração. 7ª ed. Rio de Janeiro, RJ: <i>Campus</i> , 2004. DRUCKER, P.F. Introdução a administração . São Paulo, SP: Thomson/Pioneira, 2006. MAXIMILIANO, A.C.A. Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital . 6ª ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.	
Bibliografia Complementar	
ARAÚJO, L.C. Organização, sistemas e métodos . Vol 1. São Paulo, SP: Atlas, 2008. MOTA, F.C.P. Teoria geral da administração: uma introdução . 22ª Ed. São Paulo, SP: Pioneira, 1998. MAXIMILIANO, A.C.A. Teoria geral da administração: da escola científica à competitividade da economia globalizada . 2ª Ed. São Paulo, SP: ATLAS, 2000.	

Componente Curricular: Ovinocultura	
Carga Horária: 80h	Período Letivo: 3º semestre
Ementa	
Origem, situação atual e mercadológica. Principais raças de ovinos e suas finalidades. Edificações e equipamentos. Biossegurança. Sistemas convencionais e alternativos na produção. Manejo de acordo com a categoria e finalidade produtiva. Sistemas artificiais de reprodução. Manejo reprodutivo, sanitário e nutricional das principais raças.	
Ênfase Tecnológica	
Principais raças de ovinos e suas finalidades. Edificações e equipamentos. Sistemas convencionais e alternativos na produção. Manejo geral e produção de Ovinos. Manejo reprodutivo e nutricional das principais raças. Biossegurança	
Área de Integração	
- Topografia: Medição de área, Cálculo de área, Planimetria. Altimetria. - Extensão Rural: Aspectos relacionados ao desenvolvimento rural sustentável. - Informática Básica: Planilhas eletrônicas. - Gestão Ambiental: Plano de gestão de resíduos. - Nutrição Animal: Exigências nutricionais. - Higiene e Profilaxia: Higiene e Profilaxia no processo produtivo	

Bibliografia Básica
DIAS, J.G.G. Guia Prático do Ovinocultor . Secretaria de Agricultura, Pecuária e Agronegócio- ARCO, 2011, 113P. NETO, P.; ALVES, O. Práticas em Ovinocultura. Ferramentas Para o Sucesso . Senar - RS, 2004. 146p. VELOSO, G.; VIEIRA, N. Criação de Ovinos . 3ª Edição. Edições Melhoramentos, 1967. 478p.
Bibliografia Complementar
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DE OVINOS. Manual Técnico da ARCO . Bagé, RS, 1989. BOFFIL, F.J. A Reestruturação da Ovinocultura Gaúcha . 1.ed. Guaíba, RS : Agropecuária, 1996. COIMBRA FILHO, A. Técnicas de Criação de Ovinos . Guaíba, RS; Agropecuária, 1992.

Componente Curricular: Projetos Agropecuários	
Carga Horária: 40h	Período Letivo: 3º semestre
Ementa	
Importância, objetivos e perspectivas em Projetos Agropecuários (PA). Planejamento, estrutura e etapas de PA. Análise de viabilidade econômica e financeira. Tipos, classes e finalidades de PA. Análise, ferramentas e elaboração de um PA.	
Ênfase Tecnológica	
Métodos de análise econômico-financeira de projetos; Execução, monitoramento e avaliação do projeto.	
Área de Integração	
- Gestão Ambiental: O impacto da presença humana no planeta e a preservação do ambiente. - Português Instrumental: leitura, interpretação e produção de textos. - Extensão Rural: Aspectos relacionados ao desenvolvimento rural sustentável. - Informática Básica: Planilhas eletrônicas. - Gestão e economia rural: Gerenciamento financeiro.	
Bibliografia Básica	
DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo: transformando idéias em negócios . São Paulo: <i>Campus</i> , 2005. ROSA, C. A.. Como elaborar um plano de negócio . Brasília: SEBRAE, 2007. MAXIMIANO, A. C. A. Administração de Projetos . São Paulo: Atlas, 1997.	
Bibliografia Complementar	
CHIAVENATO, I. Introdução à teoria geral da administração . São Paulo: <i>Campus</i> , 2000. MENEZES, M. C. L. Gestão de Projetos . 2.ª ed. São Paulo: Atlas, 2003. WOILER, S.; MATHIAS, W.F. Projetos – planejamento, elaboração, análise . 2. Ed., 3. Reimpr. São Paulo: Altas, 2011.	

Componente Curricular: Suinocultura	
Carga Horária: 80h	Período Letivo: 3º semestre
Ementa	
Origem, situação atual e mercadológica. Principais raças e linhagens de suínos. Edificações e equipamentos. Biossegurança. Sistemas convencionais e alternativos na produção. Manejo de acordo com a categoria e finalidade produtiva. Manejo reprodutivo, sanitário e nutricional das principais raças/linhagens de suínos.	
Ênfase Tecnológica	
Principais raças e linhagens de suínos, Edificações e equipamentos, Sistemas convencionais e alternativos na produção, Manejo reprodutivo e nutricional das principais raças/linhagens de suínos, biossegurança.	
Área de Integração	
-Topografia: medição de área, cálculo de área, planimetria, altimetria. - Português Instrumental: leitura, interpretação e produção de textos. - Nutrição Animal: exigências nutricionais. - Gestão Ambiental: plano de gestão de resíduos.	
Bibliografia Básica	
BONETT, L.P., MONTICELLI, C.J. Suínos: o produtor pergunta, a Embrapa responde . Brasília: Embrapa- SPI; Concórdia, 1997, 243p. (Coleção 500 perguntas 500 respostas). SOBESTIANSK, J.; WENTZ, I.; SILVEIRA, P.R.S.; SESTI, L. A. Suinocultura intensiva: produção, manejo e saúde do rebanho . Brasília: Embrapa - SPI; Concórdia: Embrapa-CNPQA, 1998.388p. UPNMOOR, I. Produção de suínos - 1. Da concepção ao desmame; 2. Período de creche; 3. Crescimento, terminação e abate; 4. A matriz . Guaíba-RS: Agropecuária (Coleção de quatro livros). 2000.	
Bibliografia Complementar	
CAVALCANTI, S.S. Suinocultura dinâmica . Belo Horizonte, MG: FEP-MVZ Editora. 1998.494p.	

EMBRAPA. **Curso de Suinocultura**. Concórdia, SC: Embrapa - CNPSA, 1997. 127p.
GODINHO, J.F. **Suinocultura: Tecnologia e Viabilidade Econômica**. São Paulo, Nobel, 1981. 321p.

Componente Curricular: Tecnologia de Produtos de Origem Animal	
Carga Horária: 60h	Período Letivo: 3º semestre
Ementa	
Introdução à tecnologia dos alimentos. Princípios e métodos de conservação dos alimentos. Boas Práticas de Fabricação na Indústria de Alimentos. Tecnologia do leite e derivados. Tecnologia da carne e derivados. Fluxograma de abate, cortes cárneos e embutidos. Tecnologia de pescado. Processamento tecnológico de ovos e mel.	
Ênfase Tecnológica	
Tecnologia e processamento de produtos de origem animal.	
Área de Integração	
- Português Instrumental: leitura, interpretação e produção de textos. - Extensão Rural: Aspectos relacionados ao desenvolvimento rural sustentável. - Avicultura: Produção apícola. - Apicultura: Manejo geral e produção de aves. - Piscicultura: Produção de peixes.	
Bibliografia Básica	
EVANGELISTA, J. Tecnologia de alimentos . São Paulo: Atheneu (2. ed.). 2001, 652p.	
TERRA, N. N. Apontamentos de tecnologia de carne . São Leopoldo, RS: Ed. Unisinos, 2005.	
TRONCO, V. M. Aproveitamento do Leite – Elaboração de seus derivados na propriedade rural . Guaíba: Agropecuária, 1996.	
Bibliografia Complementar	
ABREU, L. R. de. Tecnologia do leite e derivados: processamento e controle de qualidade em carne, leite, ovos e pescado . Lavras, MG: UFLA/FAEPE, 2000.	
GOMIDE, L.A. de M.; RAMOS, E. M.; FONTES, P.R. Tecnologia de abate e tipificação de carcaças . Viçosa, MG: Ed. UFV, 2009.	
TRONCO, V. M. Manual para inspeção da qualidade do leite . 2ª ed. Santa Maria, RS: Ed. UFSM, 2003.	

4.11.2. Componentes curriculares optativos

Poderão ser ofertadas disciplinas optativas com o objetivo de aprofundamento e/ou atualização de conhecimentos específicos, o estudante regularmente matriculado em curso técnico no IFFar poderá cursar como optativa disciplinas que não pertençam à matriz curricular de seu curso. As disciplinas na forma optativa, de oferta obrigatória pelo IFFar e matrícula optativa aos estudantes, referem-se à Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e a Língua Espanhola.

Poderão ser ofertadas outras disciplinas optativas, desde que sejam deliberadas pelo colegiado de curso e registrada, em ata, a opção de escolha, a carga horária, a seleção de estudantes, a forma de realização, entre outras questões pertinentes à oferta. A oferta da disciplina optativa deverá ser realizada por meio de edital com, no mínimo, informações de forma de seleção, número de vagas, carga horária, turnos e dias de realização e demais informações pertinentes à oferta.

O IFFar *Campus São Vicente do Sul*, oferecerá de forma optativa aos estudantes a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS através de oficinas e/ou projetos. Já a oferta da Língua Espanhola será por meio de projetos de ensino ou extensão, clube de línguas, A carga horária destinada à oferta da disciplina optativa não faz parte da carga horária mínima do curso.

No caso do estudante optar por fazer alguma disciplina optativa, deverá ser registrado no histórico escolar do estudante a carga horária cursada, bem como a frequência e o aproveitamento.

Componente Curricular: Iniciação a Libras
Carga Horária: 40 horas
Ementa
Breve histórico da educação de surdos. Conceitos básicos de LIBRAS. Introdução aos aspectos linguísticos da LIBRAS. Vocabulário básico de LIBRAS.
Bibliografia Básica
ALMEIDA, E. C.; DUARTE, P.M. Atividades Ilustradas em Sinais das Libras . Editora Revinter, 2004.
GESSER, AL. Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e a realidade surda . São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
KARNOPP, L.; QUADROS, R. M, B. Língua de Sinais Brasileira, Estudos Linguísticos . Florianópolis, SC: Artmed, 2004.
Bibliografia Complementar
BOTELHO, P. Segredos e Silêncio na Educação dos Surdos . Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p. 7 a 12.
CAPOVILLA, F. C. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe da Língua de Sinais Brasileira . São Paulo: Edusp, 2003.
FELIPE, T. A. LIBRAS em contexto. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos , MEC: SEESP, Brasília, 2001.

5. CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

Os itens 5.1 e 5.2 descrevem, respectivamente, o corpo docente e técnico administrativo em educação, necessários para funcionamento do curso, tomando por base o desenvolvimento simultâneo de uma turma. Nos itens abaixo, também estarão dispostas as atribuições do coordenador de curso, colegiado de curso e as políticas de capacitação.

5.1. Corpo Docente atuante no curso

Nº	Nome	Formação	Titulação/IES
1	Adriano Garcia Rosado Júnior	Medicina Veterinária	Doutorado em Zootecnia – Produção Animal
2	Antônio Augusto Cortiana Tambara	Zootecnia	Doutorado em Zootecnia – Produção Animal
3	Carlos Arnaldo Streck	Agronomia	Doutorado em Agronomia
4	Cleber José Tonetto	Medicina Veterinária	Doutorado em Agronomia – Produção Vegetal
5	Danívia Santas Prestes	Medicina Veterinária	Doutorado em Medicina Veterinária – Fisiopatologia da Reprodução
6	Fernanda Mendes Furlan	Administração – com Formação Pedagógica	Mestrado em Educação
7	Jairo Diefenbach	Zootecnia	Doutorado em Zootecnia
8	Joel Cordeiro da Silva	Agronomia	Doutorado em Engenharia Agrícola
9	José Alexandre Machado Zanini	Agronomia	Mestrado em Tecnologia de Sementes
10	Laurício Biguelini da Silveira	Medicina Veterinária	Doutorado em Extensão Rural
11	Leandro da Silva Freitas	Zootecnia	Doutorado em Zootecnia
12	Marcelino João Knob	Engenharia Agrícola	Doutorado em Engenharia Agrícola - Mecanização Agrícola

13	Marcelo Marcos Müller	Agronomia – com Formação Pedagógica	Doutorado em Ciências – Ciência em Tecnologia de Sementes
14	Marcos Gregório Ramos Hernandez	Agronomia	Doutorado em Engenharia Agrícola – Engenharia de Água e Solo
15	Rafaela Vendruscola	Ciências Sociais; Licenciatura em Sociologia	Doutorado em Extensão Rural
16	Rafael Sanches Venturini	Zootecnia	Doutorado em Zootecnia
17	Silvania Faccin Colaço	Agronomia	Doutorado em Engenharia Agrícola – Engenharia de Água e Solo
18	Suzete Rossato	Bacharelado em Informática – com Formação Pedagógica	Mestrado em Geomática – Tecnologia Geoinformação

5.1.1. Atribuição do Coordenador de Curso

A coordenação do Curso Técnico em Zootecnia faz parte, tem por fundamentos básicos, princípios e atribuições, assessorar no planejamento, orientação, acompanhamento, implementação e avaliação da proposta pedagógica da instituição, bem como agir de forma que viabilize a operacionalização de atividades curriculares dos diversos níveis, formas e modalidades da Educação Profissional Técnica e Tecnológica, dentro dos princípios da legalidade e da eticidade, e tendo como instrumento norteador o Regimento Geral e Estatutário do IFFar.

A Coordenação de Curso tem caráter deliberativo, dentro dos limites das suas atribuições, e caráter consultivo, em relação às demais instâncias. Sua finalidade imediata é colaborar para a inovação e aperfeiçoamento do processo educativo e zelar pela correta execução da política educacional do IFFar, por meio do diálogo com a Direção de Ensino e NPI.

Além das atribuições descritas anteriormente, a Coordenação de Curso segue regulamento próprio aprovado pelas instâncias superiores do IFFar que deverão nortear o trabalho dessa coordenação.

5.1.2. Atribuições de Colegiado de Curso

O Colegiado de Curso é um órgão consultivo de cada curso para os assuntos de política de ensino, pesquisa e extensão, em conformidade com as diretrizes da Instituição e é órgão permanente e responsável pela execução didático-pedagógica, atuando no planejamento, acompanhamento e na avaliação das atividades do curso.

Compete ao Colegiado de Curso:

- analisar e encaminhar demandas de caráter pedagógico e administrativo, referentes ao desenvolvimento do curso, de acordo com as normativas vigentes;
- realizar atividades que permitam a integração da ação pedagógica do corpo docente e TAE no âmbito do curso;
- acompanhar e avaliar as metodologias de ensino e avaliação desenvolvidas no âmbito do curso, com vistas à realização de encaminhamentos necessários a sua constante melhoria;

- fomentar o desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso de acordo com o PPC;
- analisar as causas determinantes do baixo rendimento escolar e evasão dos estudantes do curso, quando houver, e propor ações para equacionar os problemas identificados;
- fazer cumprir a organização didático-pedagógica do curso, propondo reformulações e/ou atualizações quando necessárias;
- aprovar, quando previsto na organização curricular, a atualização das disciplinas eletivas do curso;
- atender as demais atribuições previstas nos Regulamentos Institucionais.

5.1.3. Núcleo Pedagógico Integrado (NPI)

O NPI é um órgão estratégico de planejamento e assessoramento didático e pedagógico, vinculado à DE do *Campus*, além disso, é uma instância de natureza consultiva e propositiva, cuja função é auxiliar a gestão do ensino a planejar, implementar, desenvolver, avaliar e revisar a proposta pedagógica da Instituição, bem como implementar políticas de ensino que viabilizem a operacionalização de atividades curriculares dos diversos níveis e modalidades da educação profissional de cada unidade de ensino do IFFar.

O NPI tem por objetivo planejar, desenvolver e avaliar as atividades voltadas à discussão do processo de ensino-aprendizagem em todas as suas modalidades, formas, graus, programas e níveis de ensino, com base nas diretrizes institucionais.

O NPI é constituído por servidores que se inter-relacionam na atuação e operacionalização das ações que permeiam os processos de ensino e aprendizagem na instituição. Tendo como membros natos os servidores no exercício dos seguintes cargos e/ou funções: Diretor (a) de Ensino; Coordenador(a) Geral de Ensino; Pedagogo(o); Responsável pela Assistência Estudantil no *Campus*; Técnico(s) em Assuntos Educacionais lotado(s) na Direção de Ensino. Além dos membros citados poderão ser convidados para compor NPI outros servidores do *Campus*.

Além do mais, a constituição desse núcleo tem como objetivo, promover o planejamento, implementação, desenvolvimento, avaliação e revisão das atividades voltadas ao processo de ensino e aprendizagem em todas as suas modalidades, formas, graus, programas e níveis de ensino, com base nas diretrizes institucionais. As demais informações sobre o NPI encontram-se nas diretrizes institucionais dos cursos técnicos do IFFar.

5.2. Corpo Técnico Administrativo em Educação

Os Técnicos Administrativos em Educação no IFFar têm o papel de auxiliar na articulação e desenvolvimento das atividades administrativas e pedagógicas relacionadas ao curso, como o objetivo de garantir o funcionamento e a qualidade da oferta do ensino, pesquisa e extensão na Instituição. O IFFar *Campus* São

Vicente do Sul conta com: 23 Assistentes em Administração, 01 Jornalista, 01 Nutricionista, 07 Técnicos em Agropecuária, 04 Técnicos em Laboratório, 01 Médico Veterinário, 02 Técnicos em Assuntos Educacionais, 01 Engenheiro Agrônomo, 01 Enfermeiro, 01 Médico, 05 Assistentes de Alunos, 05 Pedagogas, 01 Psicóloga, 01 Bibliotecária, 01 Zootecnista, 01 Assistente Social, 01 Odontólogo, 01 Técnico em Alimentos e Laticínios e 02 Auxiliares de Biblioteca.

5.3. Política de capacitação para Docentes e Técnico Administrativo em Educação

A qualificação dos segmentos funcionais é princípio basilar de toda instituição que prima pela oferta educacional qualificada. O IFFar, para além das questões legais, está compromissado com a promoção da formação permanente, da capacitação e da qualificação, alinhadas à sua Missão, Visão e Valores. Entende-se a qualificação como o processo de aprendizagem baseado em ações de educação formal, por meio do qual o servidor constrói conhecimentos e habilidades, tendo em vista o planejamento institucional e o desenvolvimento na carreira. O IFFar, com a finalidade de atender às demandas institucionais de qualificação dos servidores, estabelecerá no âmbito institucional, o Programa de Qualificação dos Servidores, que contemplará as seguintes ações:

- **Programa Institucional de Incentivo à Qualificação Profissional (PIIQP)** – disponibiliza auxílio em três modalidades (bolsa de estudo, auxílio-mensalidade e auxílio-deslocamento);

- **Programa Institucional de Incentivo à Qualificação Profissional em Programas Especiais (PIIQPPE)** – tem o objetivo de promover a qualificação, em nível de pós-graduação *stricto sensu*, em áreas prioritárias ao desenvolvimento da instituição, realizada em serviço, em instituições de ensino conveniadas para MIN-TER e DINTER.

- **Afastamento Integral para pós-graduação *stricto sensu*** – política de qualificação de servidores o IFFar destina 10% (dez por cento) de seu quadro de servidores, por categoria, vagas para o afastamento Integral.

6. INSTALAÇÕES FÍSICAS

O *Campus* São Vicente do Sul oferece aos estudantes do Curso Técnico em Zootecnia Subsequente uma estrutura que proporciona o desenvolvimento cultural, social e de apoio à aprendizagem, necessárias ao desenvolvimento curricular para a formação geral e profissional, com vistas a contemplar a infraestrutura necessária orientada no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos conforme descrito nos itens a seguir:

6.1. Biblioteca

O IFFar *Campus* São Vicente do Sul, operam com o sistema especializado, *Pergamun*, de gerenciamento da biblioteca, possibilitando fácil acesso acervo que está organizado por áreas de conhecimento, facilitando, assim, a procura por títulos específicos, com exemplares de livros e periódicos, contemplando todas as

áreas de abrangência do curso. A biblioteca oferece serviço de empréstimo, renovação e reserva de material, consultas informatizadas a bases de dados e ao acervo virtual e físico, orientação bibliográfica e visitas orientadas. As normas de funcionamento da biblioteca estão dispostas em regulamento próprio.

A Biblioteca do Instituto Federal Farroupilha *Campus* São Vicente do Sul tem por objetivo apoiar as atividades de ensino e aprendizagem, técnico-científico e cultural. Auxiliar os professores nas atividades pedagógicas e colaborar com o desenvolvimento intelectual da comunidade acadêmica.

6.2. Áreas de ensino específicas

Espaço Físico Geral - Ensino	
Descrição	Quantidade
Sala de aulas práticas, com capacidade para 30 estudantes	2
Salas de aula com 40 carteiras, ar condicionado, disponibilidade para utilização de computador e projetor multimídia.	36
Auditório com a disponibilidade de 100 lugares, projetor multimídia, computador, sistema de caixa acústica e microfones.	1
Sala do NAPNE e NEABI	2
Auditório CIET	2
Sala de Professores	22
Sala Direção de Ensino	7
Biblioteca	1
Auditório Central com disponibilidade de 462 lugares, projetor multimídia, computador, sistema de caixa acústica e microfones	1

6.3. Laboratórios

Laboratórios	
Descrição	Quantidade
Laboratório de Biologia, Química, Física, Matemática...	7
Laboratório de Sementes, Biotecnologia, Análise do Solo	4
Laboratório de Bromatologia de Alimentos	1

Laboratório de Microbiologia de Alimentos	1
Laboratório de Informática	5
Laboratório de Ensino, Pesquisa, Extensão e Produção	7

6.4. Área de esporte e convivência

Esporte e convivência	
Descrição	Quantidade
Ginásio de esportes	1
Campo de futebol	1
Centro de convivência	1
NTG (Núcleo de Tradições Gaúchas)	1

6.5. Área de atendimento ao discente

Áreas de atendimento	
Descrição	Quantidade
Ambulatório	1
Consultório odontológico	1
Consultório médico	1
Sala de atendimento psicopedagógico	1
Sala do CAE	1
Sala do CAE	1

7. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

_____. **LEI nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008** – Lei da rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação de Educação Profissional e Tecnológica: Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio – Documento Base. Brasília: 2007.

_____. MEC. SETEC. Ensino Médio: construção política: síntese das salas temáticas / coordenação: Marise Nogueira Ramos, Rosiver Pavan; texto César Henrique Arrais. – Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2003.

_____. Ministério da Educação. Secretária da Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: **Concepções e diretrizes**. Brasil, 2008.

_____. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a política nacional de educação ambiental e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm

_____. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**, 2016. 3ª ed. Disponível em: <http://pronatec.mec.gov.br/cnct/>

_____. **Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009**. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH -3 e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm

_____. **Resolução nº 2 de 30 de janeiro de 2012**: Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17417&Itemid=866

_____. **Resolução nº 03/2018**: Define as Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17417&Itemid=866

RESOLUÇÃO CONSUP Nº 28, de 07 de agosto de 2019. Diretrizes Institucionais da organização administrativo-didático-pedagógica para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Instituto Federal Farroupilha.

8. ANEXOS

8.1. Resoluções





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA

RESOLUÇÃO CONSUP Nº 099/2014, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

Aprova o ajuste curricular do Projeto Pedagógico de Curso Técnico em Zootecnia Subsequente, do Câmpus São Vicente do Sul, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

A PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista as disposições contidas no Artigo 9º do Estatuto do IF Farroupilha, com a aprovação do Conselho Superior, nos termos da Ata nº 006/2014, da 4ª Reunião Ordinária do Conselho, realizada em 28 de novembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR, nos termos e à forma das informações constantes nesta Resolução, o ajuste curricular do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Zootecnia Subsequente, do Câmpus São Vicente do Sul, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, o qual passa a ter as seguintes características, conforme o Projeto Pedagógico do Curso aprovado:

Denominação do Curso: Técnico em Zootecnia

Forma: Subsequente

Eixo Tecnológico: Recursos Naturais

Ato de Criação do curso: Curso Criado e Aprovado o Projeto Pedagógico de Curso pela Portaria SEMTEC nº 30 de 21/03/2000. Reconhecimento Portaria nº 219 de 11/11/2003.

Quantidade de Vagas: 70 vagas (35 por turma)

Turno de oferta: Diurno (matutino e vespertino)

Regime Letivo: Semestral

Regime de Matrícula: Por componente curricular

Carga horária total do curso: 1400 horas relógio

Carga horária de estágio curricular supervisionado obrigatório: 180 horas relógio

Carga horária de orientação de estágio: 20 horas relógio

Tempo de duração do Curso: 3 (três) semestres

Tempo de integralização do Curso: 5 (cinco) semestres

Periodicidade de oferta: Anual

Local de Funcionamento: Rua 20 de Setembro, S/N - São Vicente do Sul/RS



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA

Matriz Curricular

Matriz Curricular			
Curso Técnico em Zootecnia Subsequente			
Sem	Disciplinas	Períodos semanais	CH (h/a)*
1º semestre	Capacidade de uso e manejo do Solo	2	40
	Topografia	3	60
	Bioclimatologia e Bem-Estar Animal	2	40
	Gestão Ambiental	2	40
	Higiene e Profilaxia Animal	2	40
	Irrigação e Drenagem	2	40
	Mecanização Agrícola	3	60
	Morfologia e Fisiologia da Reprodução Animal	2	40
	Nutrição Animal	4	80
	Informática Básica	2	40
	Subtotal de disciplinas no sem.	24	480
2º semestre	Apicultura	2	60
	Avicultura	5	100
	Forragicultura	3	60
	Piscicultura	2	60
	Português Instrumental	2	40
	Suínocultura	5	100
	Sociologia e Extensão Rural	3	60
	Subtotal de disciplinas no sem.	22	480
3º semestre	Bovinocultura de Corte	5	100
	Bovinocultura de Leite	5	100
	Equideocultura	2	40
	Gestão e Economia Rural	3	60
	Ovinocultura	4	80
	Projetos Agropecuários	3	60
	Tecnologia de produtos de Origem Animal	2	40
	Subtotal de disciplinas no sem.	24	480
Carga Horária total de disciplinas (hora aula)			1.440
Carga Horária total de disciplinas (hora relógio)			1.200
Estágio Curricular Supervisionado obrigatório (hora relógio)			180
Orientação de estágio (horas relógio)			20
Carga Horária total do curso (hora relógio)			1400

*hora aula: 50 minutos

Art. 2º - O Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Zootecnia Subsequente, do Câmpus São Vicente do Sul, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, aprovado por esta resolução, será oficialmente publicado pela Pró-Reitoria de Ensino no site institucional.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

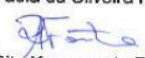
Santa Maria, 28 de novembro de 2014.

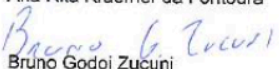

Carla Comerlato Jardim

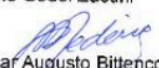
PRESIDENTE CONSELHO SUPERIOR

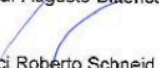
CONSELHEIROS:

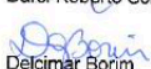
Ana Paula da Silveira Ribeiro


Ana Rita Kraemer da Fontoura


Bruno Godoi Zucuni


Cesar Augusto Bittencourt de Medeiros


Darci Roberto Schneid

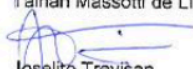

Delcimar Borim

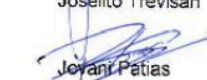
Gabriel Adolfo Garcia

Jaubert de Castro Menchik

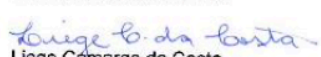
Rodrigo de Siqueira Martins


Tainan Massotti de Lima

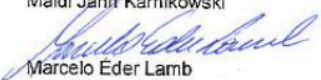

Joselito Trevisan

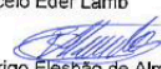

Joyani Patias

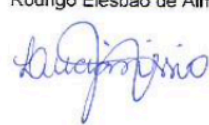

Liana dos Santos Gomes


Liege Camargo da Costa


Maidi Jahn Karnikowski


Marcelo Eder Lamb


Rodrigo Elesbão de Almeida





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
REITORIA

RESOLUÇÃO CONSUP N° 067/2019, DE 24 DE OUTUBRO DE 2019

Aprova o ajuste curricular do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Zootecnia Subsequente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

A PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando as disposições do Artigo 9º do Estatuto do Instituto Federal Farroupilha e os autos do Processo nº 23238.001007/2019-89, com a aprovação da Câmara Especializada de Ensino, por meio do Parecer nº 029/2019/CEE; e do Conselho Superior, nos termos da Ata nº 008/2019, da 4ª Reunião Ordinária do CONSUP, realizada em 24 de outubro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR, nos termos e na forma constantes do anexo, o ajuste curricular do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Zootecnia Subsequente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – Campus São Vicente do Sul, criado pela Portaria SEMTEC nº 30, de 21 de março de 2000.

Art. 2º O Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Zootecnia Subsequente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – Campus São Vicente do Sul, tendo seu ajuste curricular e atualização aprovado por esta Resolução, será oficialmente publicado pela Pró-Reitoria de Ensino no site institucional.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Maria, 24 de outubro de 2019.

CARLA COMERLATO JARDIM
PRESIDENTE



RESOLUÇÃO AD REFERENDUM CONSUP/IFFAR Nº 9 / 2022 - CONSUP (11.01.01.44.16.02)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Santa Maria-RS, 22 de junho de 2022.

Aprova Ajuste Curricular e atualização no Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Zootecnia Subsequente, *Campus São Vicente do Sul* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

A PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o disposto no Artigo 9º do Estatuto do IFFar, o Parecer nº 884/2022, da Coordenação de Assessoria Pedagógica - Diretoria de ensino - Proen e, os autos do Processo Eletrônico nº 23238.000974/2022-29,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprova Ajuste Curricular e atualização no Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Zootecnia Subsequente, *Campus São Vicente do Sul* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

Art. 2º O Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Zootecnia Subsequente do *Campus São Vicente do Sul* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha tendo seu ajuste curricular e atualização aprovado por esta Resolução, será oficialmente publicado pela Pró-Reitoria de Ensino no *site* institucional.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor em 23 de junho de 2022.

(Assinado digitalmente em 22/06/2022 15:41)
CARLOS RODRIGO LEHN
REITOR

Processo Associado: 23238.000974/2022-29

Para verificar a autenticidade deste documento entre em
<https://sig.iffarroupilha.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **9**,
ano: **2022**, tipo: **RESOLUÇÃO AD REFERENDUM CONSUP/IFFAR**, data de emissão: **22/06/2022**
e o código de verificação: **af9ec07342**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO CONSUP/IFFAR Nº 27 / 2022 - CONSUP (11.01.01.44.16.02)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Santa Maria-RS, 19 de julho de 2022.

Homologa a Resolução *Ad Referendum* nº 09/2022, e aprova o Ajuste Curricular e a atualização no Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Zootecnia Subsequente, *Campus* São Vicente do Sul do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - IFFar.

A PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o disposto no art. 9º do Estatuto do IFFar, e os autos do Processo Eletrônico nº 23238.000974/2022-29, aprovado pela Câmara Especializada Ensino, por meio do Parecer CEE nº 21/2022, e na 2ª Reunião Ordinária do Conselho Superior, realizada em 14 de julho de 2022,

RESOLVE:

Art. 1º HOMOLOGAR, nos termos e na forma do anexo, a Resolução *Ad Referendum* nº 09/2022, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - IFFar.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

(Assinado digitalmente em 01/08/2022 10:11)

NÍDIA HERINGER
REITOR

Processo Associado: 23238.000974/2022-29

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.iffarroupilha.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **27**, ano: **2022**, tipo: **RESOLUÇÃO CONSUP/IFFAR**, data de emissão: **19/07/2022** e o código de verificação: **d7ff7d8a43**